

# Boletim da SCAP

---



---

## Ficha Técnica

### **Diretor**

Manuel Augusto Soares  
[e-mail: presidente@scap.pt](mailto:presidente@scap.pt)

### **Coordenação Editorial**

Manuel Augusto Soares

### **Colaboradores permanentes**

Joaquim Quelhas dos Santos – Nutrição e Fertilização das Plantas

Arnaldo Dias da Silva – Nutrição e Produção Animal

Fernando Bianchi-de-Aguiar – Vitivinicultura e Biocombustíveis

O Boletim da SCAP é uma edição quadrimestral da Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, Rua da Junqueira, Nº 299 1300-338 Lisboa, Telf/Fax: +351 213 633 719 Telem.: +351 936 378 550/549

[e-mail: secretariado@scap.pt](mailto:secretariado@scap.pt)

<http://www.scap.pt/>

### **Direção da SCAP**

**Presidente:** Manuel Augusto Soares

**Vice-Presidente:** Jorge Ponce Leão de Castro

**Tesoureiro:** Fernando Pires da Costa

**Secretário Geral:** Corina Carranca

**Vogais:** Fátima de Jesus Folgôa Batista

Ana Paula Ramos

Artur José Guerra Amaral

### **Nota Editorial:**

O Boletim da SCAP é uma tribuna livre, que publica conteúdos relacionados com a área agronómica e afins.

Os conteúdos publicados neste Boletim são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os artigos e notícias não assinados são da responsabilidade da Redação.

## Índice

<b>EDITORIAL (*)</b> .....	<b>4</b>
<b>1. O Futuro da SCAP está em risco, após recente despacho da CML!...</b> .....	<b>4</b>
<b>2. A Falácia das praxes</b> .....	<b>4</b>
Manuel Augusto Soares - Presidente da SCAP.....	4
<b>NOTÍCIAS</b> .....	<b>8</b>
<b>Reestruturação da nossa página no Facebook</b> .....	<b>8</b>
Manuel Augusto Soares -Presidente da SCAP.....	8
<b>Simpósio Nacional de Culturas Agroindustriais - Évora 31 outubro</b> .....	<b>9</b>
Fernando Pires da Costa – Tesoureiro da SCAP .....	9
<b>1º Simpósio SCAP &amp; 7º Congresso da SPF –“Novos Desafios na Proteção das Plantas”</b> .....	<b>11</b>
Ana Paula Ramos - ISA, Vogal da Direção da SCAP .....	11
Helena Oliveira - ISA, Presidente da SPF .....	11
<b>Congresso GreenSys 2015 em Évora</b> .....	<b>13</b>
Fátima Batista – U. Évora, SEER/SCAP .....	13
<b>Projeto SaniMilho – Uma Parceria entre Organizações de Produtores e o INIAV</b> .....	<b>13</b>
<b>3º Simpósio Nacional de Fruticultura</b> .....	<b>14</b>
Ana Paula Silva - UTAD .....	14
<b>Pastagens, Forragens e Agro-Silvo-Pastorícia no Ribatejo</b> .....	<b>15</b>
José Mira Potes – IPS/ESAS.....	15
<b>Associação Portuguesa de Horticultura com novos órgãos sociais</b> .....	<b>17</b>
Domingos Almeida – Presidente da APH .....	17
<b>HOMENAGENS</b> .....	<b>18</b>
<b>Homenagem ao Engenheiro Agrónomo José Carlos Souto Sousa Veloso</b> .....	<b>18</b>
Ana Maria Nazaré Pereira - UTAD .....	18
António Nazaré Pereira - UTAD.....	18
<b>IN MEMORIAM: Professor Catedrático Pedro Amaro</b> .....	<b>21</b>
António Mexia - ISA .....	21
<b>Homenagem ao Engenheiro Agrónomo Álvaro José Teixeira</b> .....	<b>22</b>
Manuel Augusto Soares -Presidente da SCAP.....	22
<b>ATIVIDADE INTERNA</b> .....	<b>24</b>
<b>Eventos a realizar em 2015</b> .....	<b>24</b>
<b>Campanha de Angariação de Novos sócios</b> .....	<b>25</b>
<b>Novos sócios de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2014:</b> .....	<b>26</b>
<b>Sócios falecidos durante o ano de 2014:</b> .....	<b>26</b>
<b>ARTIGOS</b> .....	<b>27</b>
<b>Fertilização -Fundamentos Agroambientais da utilização dos adubos e corretivos</b> .....	<b>27</b>
Joaquim Quelhas dos Santos – ISA/SCAP .....	27
<b>A importância das sociedades científicas no estímulo à inovação</b> .....	<b>30</b>
António A. Monteiro – ISA .....	30
<b>Nota de conjuntura vitivinícola mundial</b> .....	<b>33</b>
Fernando Bianchi de Aguiar - UTAD .....	33
<b>O Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos</b> .....	<b>38</b>
Jorge de Castro – SCAP .....	38
<b>Combater o Efeito de Estufa</b> .....	<b>40</b>
Arnaldo Dias da Silva - UTAD.....	40
<b>O que ainda não se disse sobre as praxes – Um testemunho</b> .....	<b>41</b>
José Dias Carreiro - Empresário.....	41
<b>Calendário de Eventos na União Europeia</b> .....	<b>44</b>
<b>Patrocinadores</b> .....	<b>45</b>



## EDITORIAL (\*)

1. *O Futuro da SCAP está em risco, após recente despacho da CML!...*
2. *A Falácia das praxes*

*Manuel Augusto Soares - Presidente da SCAP*



1. *O Futuro da SCAP está em risco, após recente despacho da CML!...*

*Apesar de estarmos a escrever este editorial em plena época natalícia, não trazemos boas notícias para os sócios da SCAP, para a classe agronómica em geral e, para todos os leitores que nos acompanham desde o lançamento desta publicação.*

*De facto, pesa sobre a SCAP uma espada de Damócles que o pelouro do urbanismo da CML colocou sobre nós e outras instituições, através de um despacho que visa alienar património, e de que tivemos conhecimento no dia 12 do corrente mês, em que nos foi comunicado que: devemos proceder à desocupação do espaço que utilizamos na Rua da Junqueira, há mais de quatro décadas, onde temos a Sede e funcionam todos os nossos serviços centrais e pelo qual pagamos uma renda fixada pelo próprio município.*

*Face a esta desagradável e inesperada surpresa e, dentro do prazo de dez dias úteis que nos foi dado para procedermos à sua contestação, enviámos de imediato por correio eletrónico e normal, uma exposição em que defendemos a nossa posição e procuramos demonstrar e sensibilizar a CML para as razões: históricas, culturais e científicas, que nos assistem neste processo.*

*É o conteúdo principal desta carta e as propostas que apresentamos para abertura dum processo de diálogo e negociação, visando encontrar uma solução satisfatória para as duas partes, que levamos hoje ao vosso conhecimento, através deste editorial que esperamos mereça o vosso inteiro apoio e a solidariedade, de que precisamos para enfrentar tão difícil situação:*

*- Efetivamente e independentemente das decisões políticas, sobre a gestão do vasto património edificado, de que essa Câmara é proprietária na cidade de Lisboa - cuja legitimidade obviamente não contestamos - afigura-se-nos pelo menos de grave insensibilidade institucional, tratar todos os casos da mesma forma, sem cuidar de saber: do historial das instituições, da atividade que desenvolvem e da importância para a cidade de apoiar organizações prestigiadas, com fortes ligações internacionais e muito em particular com os países de língua portuguesa.*

*A SCAP foi fundada em 1903, tendo portanto 111 anos de existência, e desde o início é uma instituição com um papel histórico na defesa da classe agronómica e na promoção e divulgação do conhecimento científico e tecnológico, no âmbito das ciências agrárias em Portugal, desenvolvendo intensa atividade, através da realização de eventos técnicos e científicos nas mais diferentes áreas do saber: conferências, simpósios, congressos, visitas, etc., em colaboração e interação com outras associações profissionais dos setores agrícola e agroalimentar.*

*A SCAP é o grande pilar do movimento associativo na área agronómica, estando presente em todo o país, através de sociedades afiliadas e afins, e das suas centenas de membros, que ocupam lugares destacados: nas universidades, nos centros de investigação, nas empresas e na administração pública.*

*Por estas razões, e pelos relevantes serviços prestados ao país ao longo da sua existência, o Estado Português conferiu-lhe em 24 de março de 2003, o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, e o Presidente da República Dr. Jorge Sampaio atribuiu-lhe em 27 de maio do mesmo ano, o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.*

*Para além dos serviços de apoio e do funcionamento do secretariado, na nossa Sede realizam-se regularmente, as reuniões de comissões técnicas e organizadoras, de direção, assembleias e conferências, etc., funcionando também em permanência a redação central das nossas edições: nomeadamente a Revista de Ciências Agrárias, que é uma publicação científica de grande prestígio internacional, sobretudo nos países de língua portuguesa, e em toda a América Latina.*

*Nestas circunstâncias, a privação destas instalações, onde está alojado todo o nosso património, implicaria a cessação imediata das nossas atividades e teria graves repercussões em toda a comunidade científica nacional e internacional na área agronómica, que permuta e colabora com a SCAP.*

*Acresce ainda, que na última década, a SCAP fez um investimento significativo, na recuperação e conservação das instalações, situação comprovado por responsáveis do património municipal, que ascende a mais de 40.000€.*

*Por todas as razões supra identificadas, consideramos que se torna necessário encetar de imediato um processo de diálogo na tentativa de encontrar uma solução que salvaguarde os interesses de ambas as partes. Nesse sentido, vimos requerer que nos seja concedida uma audiência formal, bem com a revogação com efeitos imediatos do despacho em questão e a ponderação sobre a eventual aceitação de uma das propostas que a seguir apresentamos:*

- *Renegociação do valor da renda mensal paga pela SCAP a esse Município pela utilização do espaço atual.*
- *Atribuição de direito de preferência à SCAP para eventual aquisição deste espaço.*

- *Não sendo aceite nenhuma das destas propostas, a concessão de um outro espaço com condições adequadas, por forma a garantir a manutenção do exercício da atividade da SCAP em moldes semelhantes aos atuais.*

**PS:** *No momento de divulgação deste Boletim, acabámos de receber uma convocatória da CML, para uma reunião a realizar no dia 19 do corrente mês.*

## **2. A Falácia das praxes**

*Para além da diversidade de temas que abordamos neste número, gostaríamos de chamar a vossa atenção, em particular pelo seu carácter excecional, para o artigo sobre: “ o que ainda não se disse sobre as praxes (na antiga Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra) ”, no final dos anos cinquenta (século passado), que é um grito de alerta, que nos deve fazer meditar, sessenta anos depois, pela sua atualidade e gravidade e; a homenagem que prestamos a duas figuras importantes da agronomia portuguesa recentemente desaparecidas, pelo papel que cada um teve a sua maneira, na difusão do conhecimento técnico-científico no âmbito das ciências agrárias, bem como de outro prestigiado agrónomo recentemente desaparecido do nosso convívio.*

*Em relação ao tema das praxes - que hoje voltou a ganhar força mediática, pelos tristes e trágicos acontecimentos de que o país teve conhecimento nos últimos tempos - quando o colega e amigo José Carreiro nos falou do depoimento que tinha escrito sobre este assunto; em que abordava a sua própria experiência, cuja história ouvida de viva voz nos chocou profundamente, manifestámos logo interesse em publicá-lo, embora à partida nos parecesse estar fora do âmbito editorial deste Boletim.*

*Todavia, e como sempre na vida, a exceção acaba por confirmar a regra, e tendo em conta que este assunto está na fronteira da história do ensino agrícola em Portugal (cujo conhecimento devemos aprofundar), podendo este caso ser um ponto de partida para outras abordagens, decidimos assumir o risco da sua publicação, que fazemos com gosto; tanto mais, que uma sociedade democrática não pode continuar a tolerar comportamentos: primários, bocais e fascizantes, pelos quais são responsáveis em primeiro lugar, o Ministério da Educação e as Instituições Académicas.*

*Dá que pensar nesta história, que decorridos sessenta anos, quarenta dos quais em democracia, os protagonistas de então, continuem com a mesma mentalidade inquisitorial, ao excluir o colega José Carreiro das celebrações do seu curso, provando que esta gente não fez mea culpa nem se reconverteu à democracia, e*

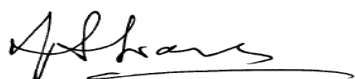
*que os seus seguidores são hoje os jovens que se julgam superiores aos caloíros, e que, em nome de pseudo-tradições e falsas integrações queiram submeter os seus colegas às práticas mais estúpidas e aberrantes, perante a passividade da comunidade e das instituições do Estado.*

*Que retrocesso civilizacional, em relação à experiência que o autor destas linhas viveu no final dos anos sessenta, ao ser recebido no Instituto Superior de Agronomia, com uma semana de receção aos novos alunos, promovida pela Associação de Estudantes e a Direção do ISA, que compreendeu um programa diversificado: com uma visita guiada ao Parque da Pena em Sintra, jantar de confraternização, sessões culturais, conferências, etc., em que os colegas mais velhos nos trataram com respeito e amizade, num são e agradável convívio!*

*Esta sim, transversal então a toda a Universidade Técnica de Lisboa, era uma verdadeira prática de integração que ainda hoje recordamos com saudade, por isso sentimos mais força moral para dar o nosso pequeno contributo, denunciando e repudiando tais falácias e aberrações, ao publicar este artigo.*

*Aproveitamos a oportunidade para desejar que todos os nossos associados, familiares e amigos, tenham passado um Santo e Feliz Natal, e que o Novo Ano seja portador de alguma esperança que permita restaurar a confiança no futuro, num ambiente de paz e solidariedade, e com muita saúde para todos.*

*Saudações muito cordiais.*



*(\*) Circunstâncias excepcionais, anteriormente explicados, obrigaram-nos a desdobrar este editorial em duas partes, quando tínhamos previsto abordar apenas a questão das praxes no ensino superior.*

## NOTÍCIAS

### Reestruturação da nossa página no Facebook

*Manuel Augusto Soares -Presidente da SCAP*

A SCAP está há cerca de um ano no Facebook, por iniciativa da Prof.<sup>a</sup> Fernanda Delgado (Vice-Presidente da Mesa de Assembleia Geral), que aproveitando uma página anteriormente criada, mas completamente inativa, se empenhou no seu relançamento sem caráter institucional, mas apenas como mais um meio de comunicação e elemento aglutinador da classe agronómica.

Todavia, e apesar de não ser pessoalmente entusiasta ou praticante desta rede social; pelos excessos de “ruído”, futilidade e exibicionismo, que potencia no plano individual – onde muita gente procura o protagonismo fácil e ridículo – a Direção da SCAP entendeu, que, como poderoso veículo de comunicação que é na sociedade atual, não poderá no plano institucional, alhear-se da sua existência e do seu lado positivo.

Neste sentido, queremos tirar partido desta realidade incontornável, e por essa razão, tendo em conta o entusiasmo que gerou à sua volta neste primeiro ano de vida, com formato privado, decidimos criar uma verdadeira página institucional, com outra dinâmica e atualização constante de conteúdos, sobre as nossas atividades e outras temáticas em áreas de grande atualidade e reconhecido interesse nomeadamente: nas universidades, na investigação, e nos setores mais inovadores da nossa agricultura e agroindústria.

De facto, a página atual teve uma adesão que nos surpreendeu ao fim de alguns meses de existência, apesar da triagem que a responsável foi efetuando, eliminando muitos candidatos que não tinham o perfil desejado (ou escondiam interesses comerciais e outros), cifra-se por cerca de oito centenas, o número de aderentes atuais, entre os quais algumas figuras bem conhecidas do meio agronómico - o que muito nos honra!

Esta nova página, na qual queremos que todos se revejam, embora não permita inserir diretamente comentários (apenas expressar o gosto!), estará totalmente aberta e disponível para publicar sem atrasos os vossos conteúdos ou observações (que tenham interesse editorial e respeitem normas de cidadania), podendo utilizar para esse fim o endereço eletrónico exclusivo que acabámos de criar: [facebook@scap.pt](mailto:facebook@scap.pt).

Esperamos pois, que todos os atuais amigos/aderentes transitem para a nova página, depois de confirmada a sua criação, assinalando essa opção, no campo próprio, para poderem continuar a seguir-nos, dado que a página antiga será desativada posteriormente.

Tendo em vista alcançar estes objetivos, e implementar esta nova imagem, criámos uma nova equipa, para administrar a nova página, cuja editora principal (administradora) é a Eng.<sup>a</sup> Agrónoma, investigadora do INIAV Lurdes Inácio, ficando como adjunta a Prof.<sup>a</sup> Fernanda Delgado atual responsável, que apesar das suas limitações de tempo, aceitou continuar a colaborar neste projeto. Esta equipa será alargada, para além do Presidente e Vice-Presidente, a outros elementos que queiram colaborar em permanência connosco, como correspondentes locais em todo o País.

Apresentamos seguidamente breves notas curriculares das duas principais responsáveis que vão dirigir esta página:



## Editora principal

**Maria de Lurdes Nunes Silva Inácio** é licenciada em agronomia e doutorada em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais, pelo Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa. Atualmente é responsável técnica do Laboratório de Nematologia do INIAV, em Oeiras e representante portuguesa no Painel da OEPP para a Nematologia.

Especializou-se em Patologia Florestal: diagnóstico, biologia, ecologia e controlo de doenças causadas por fungos e nemátodes e estudo das interações entre agentes nocivos. Desenvolve trabalhos de investigação no estudo e controlo de nemátodes de quarentena em ecossistemas florestais e culturas agrícolas, acompanhando, a execução dos planos nacionais nesta área, designadamente de fungos associados ao nemátode da madeira do pinheiro e do seu inseto vetor.

É membro de várias sociedades técnico-científicas nacionais e internacionais, no âmbito da fitopatologia e das ciências agrárias e tem diversos trabalhos publicados na sua área.



## Editora adjunta

**Fernanda Maria Grácio Delgado Ferreira de Sousa** é professora do Departamento de Ciências da Vida e Alimentação, da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB/ESA), desde 1987. É licenciada em Agronomia e doutorada em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da UTL.

Foi subdiretora do IPCB/ESA de 2006-2010. Desde 1988, que coordenou ou colaborou em diversos projetos científicos de investigação e desenvolvimento no âmbito da flora autóctone de planta aromáticas e medicinais, no decurso dos quais tem publicado e apresentado múltiplos trabalhos.

Foi membro de Comitês organizadores e científicos de diversos congressos, tanto nacionais como internacionais e é membro de várias sociedades técnico científicas no âmbito da horticultura, floricultura e ciências agrárias.



## Simpósio Nacional de Culturas Agroindustriais - Évora 31 outubro

*Fernando Pires da Costa - Tesoureiro da SCAP*

Decorreu no passado dia 31 de outubro, no auditório da Universidade de Évora, o Simpósio Nacional de Culturas Agroindustriais – *Potencialidades e Perspetivas*, uma organização conjunta da Sociedade das Ciências Agrárias de Portugal (SCAP) e da Associação Portuguesa de Horticultura (APH), com o apoio institucional da Universidade de Évora e do Ministério da Agricultura. Estiveram presentes cerca de 160 participantes, pertencentes aos quadros técnicos das empresas e organizações de produtores, docentes universitários, empresários agrícolas e estudantes universitários.



**Foto 1- Sessão de Abertura**

**Hugo Ferreira, Diretor do GPP; Manuel Soares, Presidente da SCAP; Ana Freitas, Reitora da Universidade de Évora; Carlos Portas, Presidente da MAG da APH; Fernando Costa, CO/SCAP**

O evento caracterizou-se por apresentar um programa bastante completo, focando os principais temas da atualidade no âmbito da fileira agroindustrial. A Conferência inaugural, apresentada pelo Gabinete de Políticas e Planeamento – GPP, teve como objetivo dar a conhecer as linhas de desenvolvimento da PAC aplicadas ao nosso país. A primeira sessão do Simpósio dedicada à fileira hortoindustrial, teve como mote introdutório, uma comunicação sobre a evolução da produção hortícola no último decénio, em que se seguiram as apresentações ligadas às novas tecnologias de produção e transformação, à agricultura de precisão como ferramenta de trabalho indispensável quer no planeamento agrícola, quer na monitorização e predição de doenças e pragas.

A segunda sessão incidiu essencialmente sobre as novas culturas agroindustriais viáveis na região do Alentejo e a reintrodução da cultura do grão-de-bico, há muito abandonada. Também foram abordados aspetos sobre o eventual regresso da cultura da beterraba sacarina, que se poderá concretizar num horizonte próximo. Seguiu-se a apresentação sobre a Bolsa nacional de terras, potenciando a utilização de terras disponíveis para agricultura e florestas. A sessão finalizou com uma apresentação sobre os mercados e comercialização ao nível nacional e a nível mundial que serviu de tema de abertura para a mesa redonda que se seguiu, sobre as estratégias para o desenvolvimento das culturas agroindustriais. Na mesa redonda foram discutidos vários aspetos ligado à situação atual das culturas hortoindustriais, merecendo especial destaque a situação dos seguros agrícolas, cujo processo urge agilizar e também estender às outras culturas. Foi também consensual a necessidade de uma maior profissionalização e organização no setor no que se prende com a organização da produção e sua comercialização.



**Foto 2 - Assistência**

O Simpósio terminou com a habitual Sessão de Encerramento onde esteve também presente o Diretor da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo.

O nosso agradecimento à Universidade de Évora e às empresas patrocinadoras que sem o apoio das quais teria sido impossível a realização deste Simpósio.

A todos, o nosso bem haja!

## 1º Simpósio SCAP & 7º Congresso da SPF – “Novos Desafios na Proteção das Plantas”

*Ana Paula Ramos - ISA, Vogal da Direção da SCAP*

*Helena Oliveira - ISA, Presidente da SPF*



O 1º Simpósio SCAP & 7º Congresso da SPF – “Novos Desafios na Proteção das Plantas”, decorreu nos dias 20 e 21 de novembro de 2014, no Auditório do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., em Oeiras. Este evento contou com a presença de cerca de 170 participantes e foi uma coorganização da Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal e da Sociedade Portuguesa de Fitopatologia.



Manuel Soares, Presidente da SCAP; Nuno Canada, Presidente do INIAV; Helena Oliveira, Presidente da SPF

O 1º Simpósio SCAP & 7º Congresso da SPF foi dedicado ao debate dos principais desafios que se colocam atualmente à prática da proteção das plantas tendo proporcionado a discussão em torno de assuntos como a identificação e a monitorização de novos inimigos das plantas, e a oportunidade para promover a adoção de práticas sustentáveis de prevenção no âmbito da atual legislação, que visa a utilização

sustentável dos pesticidas.

Foram apresentadas 31 comunicações orais e 67 painéis, nas seguintes áreas temáticas: Uso sustentável de pesticidas e proteção de ecossistemas, pragas, doenças e infestantes emergentes. Deteção, diagnóstico e monitorização de inimigos das culturas. Interações agente patogénico-hospedeiro e Novas Estratégias de proteção contra pragas, doenças e infestantes.

Após a Sessão de Abertura, que contou com a presença do Presidente do INIAV, Professor Doutor Nuno Canada, para além dos Presidentes das duas Sociedades promotoras do evento, assistiu-se à Conferência Convidada “Os vírus de plantas: patogénicos, benéficos, e suas aplicações” proferida pela Professora Catedrática Maria Ivone Clara (UÉvora), que de forma contagiante mostrou as múltiplas formas de olhar para estes organismos acelulares.

Antecedendo as comunicações orais, foi prestada Homenagem Póstuma ao Professor Catedrático Pedro Amaro, personalidade incontornável no mundo da proteção das plantas. A alocução foi proferida pelo Professor António Mexia (ISA, ULisboa).





Na sessão Uso sustentável de pesticidas e proteção de ecossistemas, moderada por António Mexia (ISA) e Miriam Cavaco (DGAV-DGAPF), discutiram-se aspetos relativos ao desenvolvimento de novos produtos fitofarmacêuticos, implicações da aplicação do Plano de Ação Nacional (PAN) para o uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos na prática da Proteção das Plantas, avaliação do risco ecológico de pesticidas, monitorização e conservação da biodiversidade.

Isabel Abrantes (UCoimbra) e Helena Oliveira (ISA) moderaram a sessão relativa a Pragas, doenças e infestantes emergentes, onde se destacaram a cigarrinha verde, *Asymmetrasca decedens*, praga de fruteiras e plantas ornamentais recentemente assinalada em Portugal, a importância dos mirídeos em culturas protegidas e do cancro bacteriano da actínídea.



Na 2ª parte da sessão, moderada por Clara Serra (DGAV-DIFMPV) e por Dina Ribeiro (ICNF), foi dado a conhecer o programa de investigação sobre *Xylella fastidiosa*, bactéria incluída na Lista A1 da EPPO, e as novas ferramentas de apoio ao combate à praga Tuta absoluta em tomate de indústria. Ainda nesta sessão, teve lugar a comunicação “Monitorização da condição fitossanitária do castanheiro por fotografia aérea obtida com aeronave não tripulada”, que viria a ser distinguida com o Prémio para a melhor comunicação oral ou painel na área de proteção contra pragas, doenças e infestantes na floresta, atribuído pelo grupo Portucel Soporcel. Os trabalhos findaram com uma Conferência patrocinada por este grupo versando as pragas do eucalipto.

Seguiu-se um Jantar convívio, no Palácio Marquês de Pombal, com o apoio da C.M.Oeiras, durante o qual foi atribuído o Prémio SPF – Prof. Branquinho d’Oliveira 2014 à Mestre Ana Cristina Vieira (FCUL), com a dissertação “Identification and expression analysis of genes putatively involved in pathogenicity of *Hemileia vastatrix* to *Coffea arabica*”, e duas menções honrosas aos Mestres Diogo Silva (FCUL) e Margarida Cardoso (ISA). Por fim, a Menção honrosa “Melhor comunicação em painel” foi conferida ex aequo aos painéis intitulados “Biology of the tuber flea beetle *Epitrix similaris* Gentner” e “Procura-se. Atrativo inovador para monitorização de pragas”.



O segundo dia do evento teve início com uma comunicação sobre a doença do nemátode da madeira do pinheiro, na sessão Interações agente patogénico-hospedeiro, moderada por Edmundo de Sousa (INIAV) e Maria José Cunha (ESAC). Seguiram-se comunicações sobre mecanismos de resistência da videira ao míldio e do cafeeiro à antracnose dos frutos verdes, e sobre a utilização da transcritómica e da citogenómica para caracterizar a variabilidade dos agentes patogénicos das plantas. Durante a discussão, foi enaltecido o papel ímpar que o CIFC/IICT tem protagonizado, ao longo de décadas, nesta área do conhecimento.

A última sessão, intitulada Novas estratégias de proteção contra pragas, doenças e infestantes, contou com 11 comunicações orais e 14 comunicações em painel, tendo sido moderada por Maria do Céu Silva (IICT-CIFC) e Pedro Talhinhas (IICT-CIFC), Helena Bragança (INIAV) e Ana Paula Ramos (ISA), Manuela Branco (ISA) e Paulo Cruz (ANIPLA). As novas abordagens no controlo de algumas das pragas e doenças que afetam as fruteiras, a vinha, o castanheiro e o pinheiro foram alvo de uma





intensa e profícua discussão ao longo desta sessão.

Os trabalhos foram encerrados pelos Presidentes da SCAP e da SPF, que se congratularam pela elevada qualidade científica do evento e endereçaram a todos as entidades apoiantes, bem como aos presentes, um agradecimento pela participação no 1º Simpósio SCAP & 7º Congresso da SPF.

*Os autores dos resumos foram convidados a submeter os trabalhos para publicação na Revista da SCAP, num número dedicado exclusivamente ao 1º Simpósio SCAP & 7º Congresso da SPF – “Novos Desafios na Proteção das Plantas”*

## Congresso GreenSys 2015 em Évora

*Fátima Batista - U. Évora, SEER/SCAP*



O Departamento de Engenharia Rural da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora, organiza o simpósio internacional dedicado à produção em estufas “GreenSys2015 - International Symposium on New Technologies and Management for Greenhouses”, que decorrerá na Universidade de Évora, no Colégio do Espírito Santo, entre 19 e 23 de julho do próximo ano. Convidamo-los a participar neste evento, contribuindo para a análise e discussão do estado atual do conhecimento e das perspetivas futuras para o setor da produção em estufa.

As áreas temáticas do congresso abrangem todas as tecnologias associadas à produção em estufa: como modelação, controlo ambiental, materiais, equipamentos, robótica e automação, energia, qualidade de produtos, produção sustentável, sistemas de produção, fertilização, água e meios de cultivo, CFD, proteção de plantas, produção em túneis altos, utilização de luz e impactos ambientais.

O congresso consistirá de sessões técnicas orais e de posters, sendo a língua oficial o inglês. A submissão de resumos está agora terminada e encontramos-nos em fase de avaliação dos muitos trabalhos recebidos. Poderão consultar toda a informação atualizada na página WEB [www.greensys2015.uevora.pt](http://www.greensys2015.uevora.pt).



[www.greensys2015.uevora.pt](http://www.greensys2015.uevora.pt)  
[greensys2015@uevora.pt](mailto:greensys2015@uevora.pt)

## Projeto SaniMilho – Uma Parceria entre Organizações de Produtores e o INIAV, para melhorar a sanidade da Cultura do Milho

A Estação Experimental António Teixeira, em Coruche, pertencente ao INIAV, tem a decorrer um ensaio com 24 variedades de milho, envolvendo 12 empresas da fileira, no âmbito de um projeto aprovado no início deste ano pelo Proder (Programa de Desenvolvimento Rural) e que resulta de uma parceria entre a Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (Anpromis), o Instituto

Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) e a Terramilho (agrupamento local de produtores de cereais).

Este projeto que foi implementado numa área de 10 hectares, visa o ensaio de novas técnicas de produção, que previnam a doença cefalospórioze, ou podridão seca, provocada por um fungo (*haspophora maydis*) que afeta a produtividade do Milho, e terá uma duração de 8 anos.

Nesta parceria a Anpromis assumiu o investimento de 80.000 €, com participação de 25% do Proder, o o INIAV disponibilizou quatro investigadores para acompanharem este estudo e a Terramilho será responsável pela sua divulgação e sensibilização dos agricultores, para o acompanhamento deste projeto.

No primeiro dia de campo, que decorreu no início de outubro, o secretário de Estado da Alimentação e Investigação agroalimentar, Nuno Vieira e Brito, apontou a investigação aplicada e a disseminação do conhecimento para os produtores como “o caminho certo” e a orientação que esteve na base das parcerias que o Governo tem vindo a promover para retomar o investimento nas estações experimentais criadas em meados do século passado em Portugal.

Por sua vez o presidente da Anpromis, Luís Vasconcelos e Souza, saudou o modelo de acordo encontrado com o Estado, “rápido e célere”, admitindo que o projeto em curso poderá vir a ser o ponto de partida para a instalação de um centro técnico/científico nesta área, desafiando o Estado para “reformular o seu modelo de investigação agrária”.

Segundo o secretário-geral da Anpromis, Tiago Silva Pinto, a cultura do Milho registou em Portugal, na última década, grandes avanços tecnológicos com produções médias a nível europeu, ocupando uma área total de cerca 136.000 hectares (40% da área de cereais), cabendo ao distrito de Santarém 22,6 mil hectares e ao concelho de Coruche (o quarto concelho do país) uma de 4.300 hectares.

(Fonte: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/estacao-experimental-coruche-projeto-estudar-doenca-afeta-milho/pag/-1>)

<cid:image007.jpg@01CFD8A9.78652180>

### **3º Simpósio Nacional de Fruticultura**

*Ana Paula Silva - UTAD*

O 3º Simpósio Nacional de Fruticultura decorreu na Aula Magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014 e foi promovido pela Associação Portuguesa de Horticultura, em colaboração com UTAD, o Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas e o Centro Operativo e Tecnológico de Hortofrutícola Nacional.

Neste evento foram abordados temas atuais da fruticultura, relacionados com os novos desafios que hoje se colocam a toda a fileira que obrigam à criação de estruturas produtivas mais eficientes, assentes numa gestão sustentável dos recursos sempre apoiadas em novas tecnologias e conhecimento. Foram apresentadas 97 comunicações sobre investigação em fruticultura desenvolvida em Portugal, com especial destaque para o setor da produção que representou 41% das comunicações apresentadas. A produção segura de fruta, ajustada aos gostos e exigências do consumidor, com efeitos benéficos na saúde e que não comprometa o

equilíbrio do ecossistema da exploração frutícola e dos ecossistemas envolventes, foram também temas abordados em diversas comunicações.

A mesa redonda, com intervenientes da fileira frutícola, demonstrou a evolução operada no setor, aspeto corroborado pelos representantes da grande distribuição. Esta sessão foi precedida de uma comunicação por convite, feita pelo eurodeputado Eng<sup>o</sup> José Manuel Fernandes, subordinada ao tema “Fundos Comunitários-Políticas Estratégicas para o Investimento”. O simpósio contou também com uma intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura e do Mar que afirmou que as frutas, legumes e flores já representam mil milhões de euros em exportações e que o setor quer atingir os dois milhões de euros até 2020. No caso da fruta, na última década a cobertura das exportações sobre as importações passou de 30 para 60%. A ministra quer colar a Portugal o rótulo de país da “joalheria da agricultura” porque os produtos portugueses são de grande qualidade e “há que mostrar isso ao mundo”. Aquilo que produzimos “é muito bom e é aí que teremos de nos posicionar”. O Sr. Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação agroalimentar marcou presença na cerimónia de encerramento.



Os objetivos foram largamente ultrapassados, assumindo-se o Simpósio Nacional de Fruticultura como o principal fórum nacional de intercâmbio técnico-científico da fruticultura e juntou ao longo de dois dias, perto de 200 produtores, técnicos e investigadores que discutiram problemas e soluções para o setor frutícola.

## Pastagens, Forragens e Agro-Silvo-Pastorícia no Ribatejo

*José Mira Potes - IPS/ESAS*

O presente texto tem por objetivo dar a conhecer a atividade desenvolvida na região do Ribatejo no domínio das Pastagens, Forragens e Agro-Silvo-Pastorícia durante o ano de 2014.

Foram protagonistas em termos da organização de eventos a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém (ESAS), o INIAV, através do núcleo da Fonte Boa, a Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens (SPPF) e outras instituições públicas e privadas, nomeadamente associações de produtores e empresas locais.

- A **XXXV Reunião de Primavera da SPPF** decorreu em 28 e 29 de Abril de 2014, na ESAS, subordinada ao tema “Pastagens e Forragens na região do Ribatejo: sistemas de produção intensivos e extensivos. No primeiro dia trataram-se os sistemas intensivos, através da realização de uma conferência “Utilização da silagem de milho na alimentação de ruminantes. Aspetos nutricionais”, pelo Prof. Manuel Cancela de Abreu, seguida da apresentação da visão do Dr Luís Capoulas Santos, Deputado Europeu sobre “A nova PAC, uma oportunidade para Portugal”. Estas duas interessantes intervenções foram complementadas com um almoço e visita de campo ao espaço AGROGLOBAL – 2014, no Mouchão do Esfola Vacas em Valada do Ribatejo. O segundo dia foi dedicado aos sistemas extensivos e preenchido com o **workshop “Serviços Ambientais no Montado”**,

com intervenções do Prof. Mário Carvalho sobre recuperação de solos, Prof<sup>a</sup> Teresa Soares David que abordou a redistribuição da água no perfil do solo, Prof. Tiago Domingos apresentando o projeto TerraPrima sobre sequestro de carbono através de pastagens biodiversas, o Prof. Francisco Castro Rego tratando da prevenção de incêndios e o Prof. João Rabaça que tratou do efeito da biodiversidade, nomeadamente avifauna, na gestão do Montado. O resumo e conclusões do workshop foi efetuado pelo Prof. Nuno Oliveira, que relatou brilhantemente a qualidade e integração dos diversos temas no desiderato inicial de promoção do ecossistema Montado, justificando a edição do Boletim da SPPF nº 10, exclusivamente dedicado à publicação deste excelente workshop. A confirmação das matérias expostas de manhã foi efetuada na exploração agro-silvo-pastoril da herdade do Ameixial, pertencente ao grupo LAGOALVA, onde decorreu o almoço. A reunião de Primavera da SPPF teve o seu encerramento na visita à exploração agrícola da Lezíria da Palmeira, do grupo CASAL BRANCO, para tomar contacto com uma exploração de bovinos de carne em regime extensivo e de complemento à atividade agrícola intensiva praticada na Lezíria do Tejo. O número de participantes na XXXV Reunião de Primavera aproximou-se da centena, embora não constante, mas de qualquer forma duplicando as participações na reunião do ano anterior (XXXIV) não alcançando todavia as presenças na XV Reunião de Primavera, realizada em 1994 também na ESAS e dedicada às Pastagens e Forragens no Ribatejo.

➤ O **Montado** é um sistema ecológico (ecossistema) criado pelo Homem, que se baseia na exploração dos recursos naturais, complementada com atividade agrícola, numa forma de produção extensiva, a qual se tem revelado não agressiva para o ambiente, desde que respeitadas as regras necessárias à manutenção do equilíbrio nos diversos subsistemas que o integram. Trata-se de um ecossistema vocacionado para a produção agro-pecuária e florestal, isto é, um sistema **Agro-Silvo-Pastoril**, multifuncional, porque se constitui por diversos subsistemas e sistemas de produção integrados e interdependentes, próprios de ambientes Mediterrânicos. Subdivide-se em diversos sistemas produtivos que, embora de baixa produção quantitativa, que lhe confere o carácter extensivo, são geradores de diferentes produtos, de qualidade diferenciada, obtidos num meio paisagístico característico e identificador do ecossistema e da região. A sua sustentabilidade técnica, económica e ambiental tornou-o modelo da reforma da PAC 2014-2020, sendo mesmo candidato a Património da Humanidade pela UNESCO. Portugal, que apresentando uma Superfície Agrícola Útil (SAU) superior a 3 milhões de ha vocacionados para este tipo de ecossistemas, não disponibiliza na oferta formativa de nível universitário, graduações especializadas na Área Científica (AC) da Agro-Silvo-Pastorícia. Assim, o IPS, através da ESAS, propôs-se colmatar esta grave lacuna do ensino superior agrário, ao conferir uma formação de nível 2 (mestrado) consistente, assente no prosseguimento de estudos de licenciaturas no domínio da agronomia, zootecnia e silvicultura, ou afins, consentânea com a gestão multifuncional adequada ao ecossistema Montado em Portugal ou “Dehesa” em Espanha e lançado na oferta formativa da ESAS em 2014/2015 com a denominação de **Mestrado em Agro-Silvo-Pastorícia Mediterrânica**.

➤ Na sequência dos contactos entre a ESAS e a Cooperativa Terra Chã, nomeadamente o curso breve “Silvopastorícia Mediterrânica e Caprinicultura extensiva” ministrado pelo Prof. José Mira Potes em 31/5/2014, organizou-se em colaboração com a SPPF a XXXVIII Reunião de Outono da SPPF dedicada ao tema “Pastagens e Pastoreio numa área protegida: caprinos nas Serras de Aires e Candeeiros”. A reunião decorreu no dia 4 de Outubro de 2014, por ocasião das festas de Chãos, em Alcobertas, Rio Maior, onde se radica a Cooperativa Terra Chã e constou de três intervenções e uma mesa redonda



relacionadas com o tema, na sala polivalente do Centro Cultural, a que se seguiu um almoço e visita de campo que incidiu no percurso de pastoreio de caprinos na Serra de Aire e Candeeiros.

## Associação Portuguesa de Horticultura com novos órgãos sociais

*Domingos Almeida - Presidente da APH*

A Associação Portuguesa de Horticultura tem novos órgãos sociais para o triénio 2015-2017. A nova direção é presidida por Domingos Almeida, professor do Instituto Superior de Agronomia, e tem como vice-presidentes para a horticultura herbácea António Calado, do grupo Heinz, na fruticultura Rui Maia de Sousa, investigador do INIAV, Rolando Faustino do Instituto da Vinha e do Vinho na viticultura, Joaquim Miguel Costa do ITQB na horticultura ornamental e José Alberto Pereira, da Escola Superior Agrária de Bragança para a olivicultura. Integram ainda a direção Ana Cristina Ramos do INIAV, Rosa Guilherme da Escola Superior Agrária de Coimbra, Luís Filipe Goulão do IICT, Marta Rocha do ISA e Alda Maria Brás da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

A Mesa da Assembleia Geral é presidida por António Monteiro, professor no ISA e tem como vice presidente Jorge M. Canhoto da Universidade de Coimbra e como secretário Amílcar Duarte da Universidade do Algarve. Humberto Teixeira, CEO do grupo Hubel, preside ao Conselho Fiscal, com João de Deus Moreira da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro como vice-presidente e Ana Cristina Correia da Escola Superior Agrária de Viseu como secretária.

A APH é uma associação científica e técnica, com o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, criada há 38 anos para promover o progresso da horticultura e contribuir para o aperfeiçoamento científico e técnico dos seus associados. A APH representa internacionalmente as ciências e as técnicas hortícolas portuguesas, nomeadamente junto da International Society for Horticultural Science (ISHS).

Aberta a todos os que se interessam e ocupam de horticultura – investigadores, docentes, técnicos, estudantes, profissionais e amadores – a APH sempre preconizou a ligação entre a ciência, a técnica e a atividade económica. Esta é a posição assumida pela APH desde a fundação, um princípio expresso nos estatutos e uma praxis contínua na vida associativa.

Entre as prioridades da nova direção está o reforço da perceção pública da importância da horticultura na sociedade, divulgando a ciência, a técnica e a atividade económica que nos proporciona a fruta, os legumes, o vinho, o azeite, as plantas aromáticas e medicinais e as plantas ornamentais, importantes produtos e amenidades.

## HOMENAGENS

### Homenagem ao Engenheiro Agrónomo José Carlos Souto Sousa Veloso (1926 – 2014)

*Ana Maria Nazaré Pereira - UTAD*

*António Nazaré Pereira - UTAD*

A 27 de novembro de 2014 faleceu o nosso colega (e tio) Engenheiro Agrónomo José Carlos Souto Sousa Veloso, conhecido de muitos pelo seu programa TV RURAL.

Enquanto estudantes de Agronomia, e depois como docentes universitários na área, foram muitos os colegas e alunos que nos disseram terem decidido escolher o curso de Engenharia Agronómica pelo que viam no seu programa. Só isso seria razão para o evocar! A importância de Sousa Veloso no panorama da agricultura portuguesa da segunda metade do século passado é porém muito maior.

José Carlos Souto Sousa Veloso licenciou-se, em 1954, no Instituto Superior de Agronomia (ISA). O seu relatório Final de Licenciatura incidiu no aproveitamento de sapais no Vale do Sado. Em simultâneo com a Licenciatura em Engenharia Agronómica, frequentou os dois primeiros anos do curso livre de Arquitetura Paisagista.

Ainda no ISA colaborou com a Associação de Estudantes do ISA, dirigindo por algum tempo a AGROS – Revista dos Estudantes de Agronomia e Silvicultura. Aliás, sempre o vimos com o emblema triangular da Associação de Estudantes na lapela do casaco.

Começou a sua vida profissional no Instituto Geográfico e Cadastral e, depois, na Junta Nacional das Frutas, tendo integrado a equipa que executou o Plano de Fruticultura elaborado pelo Professor Vieira Natividade. Mais tarde ingressou no Serviço de Informação Agrícola da Secretaria de Estado da Agricultura de onde saiu, em comissão de serviço, para a RTP, onde, em 1959 se tinha estreado como autor, diretor e responsável pela montagem do programa TV RURAL.

O TV RURAL foi solicitado a Sousa Veloso pelo primeiro Presidente do Conselho de Administração da Radiotelevisão Portuguesa, SARL (atual RTP), Eng.º Agrónomo Camilo de Mendonça, e pelo Secretário de Estado da Agricultura de então, Eng.º Agrmº Quartim Graça, com o objetivo de criar na nossa televisão pública um programa semelhante ao existente em várias emissoras Europeias e no Canadá. Durante bastantes anos TV RURAL fez também parte do Magazine Agrícola Internacional que abrangia mais de 20 emissoras europeias de televisão, trocando entre si pequenas versões dos respetivos programas agrários.

Através do TV RURAL, Sousa Veloso divulgou diferentes caminhos do progresso agrário, dando também voz aos agricultores nas mais variadas temáticas e nos mais variados cenários. Durante



Eng. Sousa Veloso com a esposa, Maria da Conceição, e os 5 filhos (Maria de Fátima, José Manuel, Luis Miguel, Maria Margarida e Paulo José)

muitos anos o programa, de 30 minutos, com o genérico do folclore português "A Tirana", era transmitido nas manhãs de Domingo, tendo desde o início o seu mentor e apresentador cativado a audiência pela simpatia, afabilidade e excelente capacidade de comunicação, transmitindo de forma perspicaz o essencial ao mundo agrário. O TV RURAL entrou assim na galeia dos "programas inesquecíveis".

À faceta de comunicador, Sousa Veloso foi capaz de associar uma enorme capacidade de difusor de inovações. O programa TV RURAL constitui-se por isso, durante a segunda metade do século passado, como um instrumento ímpar de divulgação de novas técnicas culturais, novos processos de transformação e valorização dos produtos agrícolas e novas práticas de relacionamento do mundo rural com a sociedade moderna.

Num período em que o setor agrário sofreu tantas e tão profundas transformações, a voz e as imagens de Sousa Veloso constituíram forte incentivo à modernização da agricultura portuguesa e à mudança de agricultura de subsistência, aqui e ali pontuada por exceções, para uma agricultura de mercado, antecipando a nossa integração na Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

Além disso, através do TV RURAL, estreitavam-se os laços entre o mundo rural e o mundo urbano, entre produtores e consumidores, entre Norte e Sul, entre litoral e interior, reforçando-se a coesão do país.

Num período de grandes migrações do campo para a cidade, o TV RURAL e Sousa Veloso foram capazes de atenuar a saudade dos novos cidadãos e manter viva a esperança em melhores condições de vida para quem continuava a viver do setor primário.

A sua enorme capacidade de comunicação levou-o a publicar, em coautoria com os Eng. Jorge Garrido e Eng. José Maria Bettencourt, em 1973, o livro "A Vida Rural Moderna" (Editorial O Século), adaptação para o caso português de uma pequena enciclopédia francesa. Nesse livro, em vários desenhos, ficou também patente a sua outra faceta, menos conhecida, de muito bom cartoonista.

Na Introdução a esse livro (em 1973!) escreveu " A técnica agrária do nosso tempo é muito mais do que técnica de cultivo, é também técnica financeira, comercial, económica, e, daí, a empresa agrícola moderna ser mais sensível a decisões de carácter político-administrativo, que ultrapassam, naturalmente, a capacidade de decisão do agricultor ..." frase perfeitamente atualizada e que revela a visão que Sousa Veloso já então possuía dos desafios com que se debate ainda hoje a agricultura portuguesa.

Foi diretor de revistas técnicas, nomeadamente "Vida Rural" (1976-1986) e "Agricultura Nova" (1988-1989). Foi também Presidente da Direção da Associação Portuguesa do Cão Serra da Estrela.

Nas paredes da sala de estar de sua casa estão vários prémios, nacionais e internacionais, com que foi distinguindo. Entre muitos outros, salienta-se a Medalha de Mérito da Associação Central de Agricultura Portuguesa (1984) e o Grau de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (1991). Entre outros foi honrado como Sócio Honorário da Confraria do Queijo da Serra, Técnico Hortícola de Honra da Associação Portuguesa de Horticultura e Fruticultura, Sócio de Honra da Sociedade Portuguesa de Ovinotécnia, Provador Honorário do Vinho Verde e Cavaleiro da Ordem dos Vinhos de Champanhe, França. Recebeu também várias distinções e prémios da Imprensa e da RTP de que se destaca a "Claquete em prata" assinalando o último programa TV RURAL, oferecida por cento e dezassete trabalhadores dos setores de Transporte, Imagem, Som,

Artes Gráficas, Montagem, Laboratório e Filmoteca da RTP com os quais mais conviveu na elaboração do seu programa.

Após recentes conversas com os seus familiares mais próximos (esposa, filhas e genros, filhos e noras) gostaríamos de transmitir algumas características mais pessoais que estavam por trás da imagem muito alegre e amistosa do TV RURAL:

- Apaixonado: pela missão de Agrónomo, pela Família, pelo Benfica e por Portugal.



- Humilde: sempre optou deliberadamente por dar a palavra a quem sabe em vez de "se exibir". Recusou todos os convites para cargos políticos ao mais alto nível, achando não ser merecedor de tal honra.

- Integro: não aceitou incluir em programas seus o que sabia não ser bom para o País, nem em troca de "favores" nem sob ameaças. Durante os 31 anos do programa TV RURAL recusou participar em publicidade de produtos ou serviços ligados à agricultura.

- Idealista: assumiu sempre sem rodeios que a cidade não pode ser mais importante que o

campo; que os agricultores merecem tanto como os outros boas condições de vida, férias, etc.. Protegia os que, por menos cultura ou formação escolar, não sabiam proteger-se; usava a verdade como arma de arremesso, fosse contra quem fosse.

Nunca fez "marketing pessoal". Requisitado pela RTP ao Ministério da Agricultura, nunca se preocupou em fazer valer os seus direitos de trabalhador. Quando chegou à idade da reforma, descobriu que tinha sido espoliado das promoções a que tinha direito como Técnico Superior no Ministério, ficando a depender da família para o ajudar nos últimos anos de vida.

Raramente recebia as ajudas de custo a que tinha direito por trabalhar sempre fora de Lisboa, pois considerava-se um "privilegiado" e tinha o suficiente para si e para os seus. Quando a família cresceu e um automóvel de 5 lugares deixou de ser suficiente, a frota lá de casa foi aumentada de 1 para 2 Citroën Diane. Tinha uma preocupação genuína de nem ser nem parecer "mais que os outros".

Realizou 1 500 horas de emissão na RTP depois de muitos milhares de quilómetros percorridos com a sua equipa de trabalho (e sempre com o apoio imprescindível da sua esposa) O programa TV RURAL, ainda hoje o programa de maior longevidade da televisão portuguesa, teve a última emissão em 15 de setembro de 1990 e nele Sousa Veloso despediu-se de todos nós não com o seu habitual "despeço-me com amizade até ao próximo programa" mas com um "até sempre".

A partir desse dia a sua vida, sempre preenchida, foi no entanto menos vivida.

Até sempre colega e tio Zé Carlos.

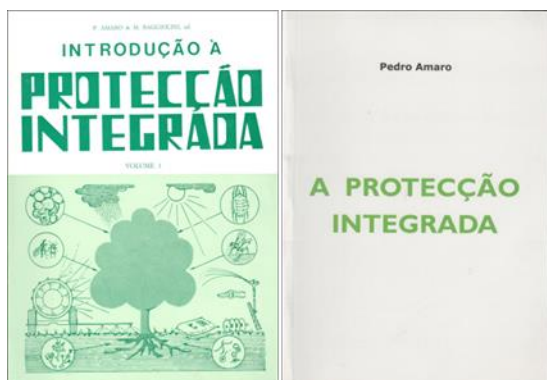


## IN MEMORIAM: Professor Catedrático Pedro Amaro

*António Mexia - ISA*

Joaquim Pedro Pereira Amaro nasceu Calipolense, em 29 de junho de 1926, estudou em Elvas e Évora enquanto jovem e cursou Agronomia de 1945 a 1951, empolgado em ligar entomologia agrícola e economia rural, tendo concluído o curso, entre os melhores alunos desse ano, com o Relatório Final “ Cálculo de prejuízos causados por insetos em trigo armazenado”, refletindo este o seu Alentejo e o trigo, estimulado pelo Melhoramento Vegetal resultante da Estação elvense que o havia marcado na sua passagem pela cidade.

Iniciou, então, uma carreira universitária maioritariamente na área da Proteção das Plantas, que seria o seu trabalho prioritário de vida. A República haveria de lhe reconhecer a dedicação e valia com a outorga da Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, no dia de Camões e das Comunidades portuguesas, em 2013, pelas suas atividades de Professor Universitário, Investigador, pedagogo, Dirigente da Administração Pública, sobretudo na sua área técnico-científica de sempre: a Proteção das Plantas e particularmente a Proteção Integrada, que haveria de ser a “menina dos seus olhos” nos últimos 35 anos de carreira brilhante.



Entretanto, foi construtor de Instituições, inovador de ideias e conceitos, mentor de novas gerações, na defesa e busca permanente daquilo que considerava ser o rigor e verdade das “coisas” em que se envolvia. Criador e primeiro Diretor do Laboratório de Fitofarmacologia, lutou pela homologação e uso responsável dos pesticidas, com o objetivo maior de disciplinar e regulamentar a sua utilização na prática agronómica. Com o mesmo denodo desenvolveu a Proteção Integrada para procurar evitar os efeitos secundários e de saúde pública resultantes do seu mau uso ou abuso, sendo de registar e louvar o seu envolvimento e empenho na génese da Lei 16/2013 e do Plano de Ação Nacional do Uso sustentável dos Pesticidas.

Pelo caminho ainda houve tempo para criar e ser o 1º Diretor do Instituto Nacional de Investigação Agrária, e por acumulação Diretor da Estação Agronómica Nacional, Sub-Diretor Geral do Ensino Superior, iniciador do ensino da Fitofarmacologia, Herbologia e Proteção Integrada em Portugal, Presidente do European Weed Research Council, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Superior de Agronomia, criador e Coordenador do Mestrado em Proteção Integrada do ISA e Coordenador da Secção de Proteção Integrada, no ISA.

Profundamente empenhado, enquanto técnico e cientista, em questões profissionais, envolveu-se ativamente em Sociedades Científicas como a OEPP/SROP, EWRS, SCAP, SPF, SPFF, pugnano sempre pela vivência dos valores de cidadania plena e pelos princípios e ideias que

considerava expressarem o rigor, a correção e a verdade, quantas vezes com paixão intensa, mas sempre subordinada à lógica da razão.

Personalidade incontornável na Agronomia portuguesa, é marco miliar na Proteção das Plantas nacional, exemplo a seguir pelos associados das Sociedades Científicas que tanto amou e modelo para os jovens que pretendam trilhar os mesmos objetivos e princípios.

Que os Deuses das pequenas coisas o acompanhem no caminho da busca das grandes verdades que procurou alcançar em vida.

## Homenagem ao Engenheiro Agrónomo Álvaro José Teixeira

*Manuel Augusto Soares -Presidente da SCAP*

No 1º dia do ano, quando me preparava para fechar este Boletim e compilar as últimas notícias, eis que chega uma notícia triste e inesperada, dando conta do falecimento do colega e amigo Álvaro José Teixeira.

Sabia há algum tempo, que o Álvaro estava doente mas que apesar do seu estado de alguma debilidade física ia fazendo a sua vida normal, e por isso nunca iria imaginar que o destino nos ira roubar tão cedo, o amigo por quem tinha uma grande estima e admiração, precisamente numa data carregada de celebração e simbolismo.



Foi de facto uma notícia cruel e, de imediato através do amigo comum António Marreiros, foi possível fazer chegar à família a nossa mensagem de profundo pesar, e as flores que simbolizaram a homenagem da SCAP, ao seu antigo dirigente e grande amigo, que esteve connosco, no processo de relançamento e renovação da nossa Sociedade.

É pois sob profunda emoção, que estou a escrever estas linhas e só o dever de “jornalista” me obriga a evocar neste contexto a sua memória, que levo até vós, graças ao apoio da família, que me fez chegar os elementos curriculares de que precisava, para compor esta infausta notícia.

Álvaro José Mendonça Teixeira nasceu em Almancil no concelho de Loulé, em julho de 1948, tendo frequentado o Liceu de Faro, completando o 7ºano de ciências, que lhe permitiu ingressar no Instituto Superior de Agronomia, onde viria a licenciar-se em 1973, com a média final de 14 valores. No ano seguinte efetuou o estágio sobre citricultura, e já com o título de Engenheiro Agrónomo, foi contratado pelo ISA para assistente eventual da cadeira de Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas, atividade que desempenhou até 1976.

Estávamos então, a assistir a profundas mudanças estruturais na agricultura portuguesa no período pós - 25 de Abril, e o jovem assistente foi convidado para adjunto do gabinete do Ministro da Agricultura António Barreto, onde desenvolveu vários trabalhos e estudos no âmbito da mecanização e inventariação do património de cooperativas e antigos grémios da lavoura.

Em março de 1978 na sequência da reestruturação geral do Ministério, e da criação das Direções Regionais de Agricultura, foi nomeado Subdiretor Regional do Algarve, período em que teve um papel destacado como chefe de Missão, na implementação do Projeto Luso-Alemão, destinado ao

fomento da hortofruticultura e melhoria dos circuitos de comercialização, funções que exerceu durante cerca de 6 anos. No final desta comissão de serviço foi nomeado, em regime de substituição, Diretor Regional do Algarve, cargo que cessou em fevereiro de 1985.

Depois destas relevantes funções, foi promovido a assessor principal, continuando a prestar serviço de assessoria e consultoria aos novos dirigentes, e durante vários anos presidiu à Comissão Local da Reserva Agrícola Nacional, importante órgão para a defesa do solo agrícola e da gestão urbanística da região.

Pelo seu prestígio, competência e idoneidade, Álvaro Teixeira foi solicitado pela sociedade civil a prestar importantes serviços à comunidade, tendo desempenhado até 1992 as funções de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da Caixa de Crédito Agrícola de Loulé, e deste então nas mesmas funções, na Caixa de Crédito Agrícola do Algarve, resultante da fusão das várias organizações existentes.

Na Associação Portuguesa de Horticultura, desempenhou as funções de tesoureiro durante oito anos, e na Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal foi membro do Conselho Fiscal durante quatro anos.

Produtor de alfarroba fundou e era sócio da AIDA – Associação Interprofissional para a Valorização da Alfarroba, e como munícipe e cidadão atento presidiu à Junta de Freguesia de Almancil de 1990 a 1993.

Para além do seu brilhante percurso profissional como engenheiro agrónomo, teve um papel decisivo na implementação dos Serviços de Agricultura na Região do Algarve, deixando uma marca indelével: pelo seu caráter, competência, simplicidade e lealdade, valores que consubstanciavam uma personalidade singular, que lhe granjeou a admiração e o respeito de todos os que com ele privaram.

Avesso a protagonismos, e muito reservado à primeira vista, era contudo no contacto pessoal mais próximo, uma pessoa alegre e afável, e um grande comunicador, cujas análises e observações eram sempre assertivas, revelando grande experiência profissional, enorme bom senso e profunda sabedoria de vida.

Recordo aqui, as longas conversas que mantivemos em Portugal e Espanha, quando participávamos em eventos agronómicos de diversas áreas, que ele seguia atentamente. Era um apaixonado pelas culturas mediterrânicas do seu Algarve, que lhe despertavam grande interesse técnico e cultural. E nesta revisitação ao passado, não muito distante, não posso deixar de registar a sua participação entusiástica, em todas as Visitas Vitivinícolas que organizei na APH em que toda a sua família e os seus amigos, constituíam sempre o grupo mais numeroso, e mais atento ao desenrolar deste evento, que ao longo de uma década foi percorrendo o País.

Termino, dizendo a todos nossos associados, amigos e leitores, que morreu um Homem Bom, e que a sua imagem não será esquecida, continuando sempre presente nos nossos afetos e na nossa memória!...

## ATIVIDADE INTERNA

### Eventos a realizar em 2015

Apesar das limitações em recursos humanos para integrar as comissões organizadoras, e da dificuldade crescente para angariar patrocínios, que garantam a sustentabilidade financeira destas iniciativas, vamos procurar manter em 2015, a mesma dinâmica que foi possível atingir em 2014, estando em preparação um programa de atividades, que inclui os seguintes eventos principais:

- **Simpósio Nacional de Resíduos e Efluentes das Atividades Pecuária, Industrial e Agroindustrial – sua importância para a agricultura.**
  - Dia 5 de junho, em Leiria.
  - Comissão organizadora: J.Quelhas dos Santos, Manuel Chaveiro Soares, Manuel Augusto Soares, Corina Carranca, David Neves e outros a designar.
  - 1ª Circular já com o programa provisório, será divulgada no final de janeiro.
  
- **2º Simpósio Nacional do Castanheiro/6ª Encontro Europeu da Castanha**
  - Dias 9, 10 e 11 de setembro, em Vila Pouca de Aguiar.
  - Este evento é organizado em parceria com a UTAD e a Ref Cast.
  - O presidente da comissão organizadora é José Gomes Laranjo da UTAD, pela SCAP participam: Ana Monteiro, Rita Costa e Jorge Castro.
  
- **Simpósio Vitivinícola das Regiões Periféricas de Lisboa**
  - Novembro (data e local a definir).
  - Este evento está ainda na fase de lançamento, pretendendo dar continuidade ao Simpósio de 2012, realizado em Oeiras, em parceria com a Comissão Vitivinícola da região de Lisboa.
  - Estão a decorrer, os contactos preliminares, com a vista à constituição da Comissão Organizadora, que se deseja alargar às Regiões de Vale do Tejo e da Península de Setúbal. No núcleo inicial participam Manuel Soares, Carlos Lopes e Antero Martins.
  
- **O Futuro das Plantas Transgénicas/Situação Atual e Perspetivas**
  - Outubro, em Oeiras (data a definir).
  - Comissão Organizadora em fase de constituição.
  
- **Conferências na Sede da SCAP**
  - Mantendo a tradição, pretendemos agendar 4 conferências, a realizar ao fim da tarde na nossa sede, sobre temas de reconhecido interesse e atualidade, que esperamos divulgar brevemente, com a indicação dos respetivos oradores convidados.



## Campanha de Angariação de Novos sócios

**No ano de 2014 que agora terminou, inscreveram-se na SCAP, 20 novos sócios:** sendo 14 nacionais, 3 do Brasil e 3 de Angola (entre os quais 1 sócio coletivo). No mesmo período perdemos 8 sócios por falecimento e 2 por desistência.

Apesar de termos um balanço positivo e de ter sido o ano com maior número de adesões da última década, graças ao empenhamento de alguns membros da Direção e da Editora Chefe da Revista; continuamos a estar perante uma situação preocupante de envelhecimento da massa associativa, atendendo a que, como divulgámos no último Boletim, cerca de 65% dos nossos sócios têm mais de 60 anos.

Lamentamos dizê-lo, mas todos os esforços e apelos que temos feito, nomeadamente nos diversos eventos já realizados com assinalável sucesso, em que fomos mostrando a nova imagem da SCAP, não se têm traduzido em adesões muito significativas (devido sobretudo à conjuntura negativa que atravessamos), ficando muito aquém das nossas expectativas.

Para inverter esta situação precisávamos de neste ano que se inicia, conseguirmos, pelo menos, 100 novos sócios, o que à partida pode parecer impossível.

**Todavia, foi para desafiar o impossível que a Direção decidiu na última reunião lançar uma nova campanha, com condições verdadeiramente excecionais:**

- **Assim todos os sócios que se inscreverem no 1º semestre deste ano terão um desconto de 50% do valor da quota durante 2 anos, para os estudantes (incluindo doutoramentos) que pagarão apenas 10€ e os licenciados e doutorados, com vínculos precários, 20€/ano;**
- **Redução de 1 ano para todos os outros com vinculação definitiva.**

Por sua vez os sócios atuais terão uma redução de 25% no valor da sua quota por cada novo sócio que propuserem (10€).

Estamos perante valores muito modestos, que têm por outro lado contrapartidas muito significativas como sejam: a participação nos nossos eventos a preços mais reduzidos e a possibilidade de publicação de artigos na Revista de Ciências Agrárias sem custo adicional, de receber as nossas publicações (Revista e Boletim), assistir a conferências e participar em visitas técnicas e culturais, etc..

***Inscreva-se diretamente na nossa página em [www.scap.pt](http://www.scap.pt), ou através do endereço: [secretariado@scap.pt](mailto:secretariado@scap.pt).***

---

Publicamos seguidamente o nome dos novos sócios que aderiram á SCAP nos últimos quatro meses do ano findo, bem como os sócios que falecerem ao longo de todo o ano.

#### **Novos sócios de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2014:**

- Generosa Maria Manso Teixeira Xavier
- Luis Carlos Nunes Seatra
- António Chicapa Dovala - Angola
- Sofia Rosendo
- M<sup>a</sup> de Lurdes Nunes Silva Inácio

#### **Sócios falecidos durante o ano de 2014:**

- José Fernando Covas de Lima Carvalho
- Manuel Francisco Colaço do Rosário
- Hernani Cidade Mourão
- Jaime Alberto Azevedo Pereira
- Joaquim Pedro Pereira Amaro
- José Carlos Souto de Sousa Veloso
- Zózimo João Pimenta de Castro Rego
- Álvaro José Mendonça Teixeira

## ARTIGOS

### Fertilização Fundamentos Agroambientais da utilização dos adubos e corretivos

*Joaquim Quelhas dos Santos - ISA/SCAP*

#### Porquê uma nova publicação?

Quando, muito recentemente, tivemos conhecimento de que a Empresa que habitualmente editava o nosso livro «*FERTILIZAÇÃO, Fundamentos da utilização dos adubos e corretivos*» deixou de cumprir os seus deveres de Editor, nomeadamente no que se refere à distribuição atempada do livro, e nos pareceu que uma tal situação não podia ser revertida, deparámo-nos com uma dúvida: será que ainda valerá a pena apresentar uma nova publicação daquele livro para que os habituais destinatários - alunos Universitários e do outro Ensino Superior, Técnicos e mesmo, hoje em dia, até já muitos Agricultores – possam continuar a utilizá-lo?



Esclarecemos, desde já, que uma tal dúvida nunca esteve associada ao interesse que continuamos a atribuir às matérias versadas no livro para a formação e informação dos destinatários atrás referidos. Tinha a ver, isso sim, com a existência de uma série de novas situações que têm vindo (e por certo continuarão) a ocorrer, de entre as quais destacamos as seguintes: i) a formação e informação exigidas atualmente aos alunos nas novas «licenciaturas» são mais limitadas; ii) encontram-se na *internet* vários textos que, embora de forma dispersa, abordam aquelas matérias; iii) no caso concreto da fertilização, o uso das chamadas «novas tecnologias», permite, pelo menos aparentemente, dispensar conhecimentos que se consideram essenciais na fertilização tradicional.

Quanto ao primeiro aspeto que foi referido, torna-se evidente que a estrutura dos planos de estudos dos Cursos ministrados nas Universidades e Escolas Superiores Agrárias, onde as matérias apresentadas no livro eram, pelo menos no que se refere aos 5 primeiros capítulos, dadas com a necessária profundidade nas licenciaturas de 5 anos, têm agora que se «adaptar», em termos de quantidade e/ou de profundidade, aos severos cortes impostos pelos períodos letivos muito mais curtos das novas «licenciaturas» de três anos.

Aquela realidade (que, infelizmente, não parece fácil reverter), quando inserida no contexto em que nos propusemos apresentar esta justificação, suscita uma pergunta sobre o segundo ponto que indicámos: será que, como as **exigências** em termos de aprendizagem destas matérias **são menores**, não bastará que, em vez do livro, os interessados (alunos, técnicos e alguns agricultores) consultem estes temas na *Internet*? A este propósito, permito-nos começar por transcrever, na parte referente às recomendações sobre o modo como ensinar, uma breve passagem de uma alocução que proferimos num jantar de homenagem ocorrido há 14 anos quando, por imperativo da lei relativa ao limite de idade para o ensino, íamos deixar de dar aulas: « *será que algo do que eu recomendo, efetivamente, se vai passar? Tenho muitas dúvidas, uma*

*vez que agora até já se vai dizendo que todos os problemas (incluindo, naturalmente, o do ensino) serão predominantemente resolvidos através da ligação à Internet? Será que não se estarão a esquecer de que a Internet dá muito mais informação do que formação e de que quanto mais abundante e diversificada for a informação maior terá de ser a necessidade de a seleccionar e que, para isso, será também necessária mais formação?».*

Infelizmente, e em muito maior extensão do que naquela altura imagináramos, temos de dizer que, pelo menos no âmbito das matérias de que estamos a falar, os nossos receios vieram a confirmar-se.

De facto, sobre o tema **Fertilizantes e Fertilização**, existe uma imensa quantidade de artigos na *Internet*, na sua grande maioria traduzidos ou escritos em brasileiro. Mas será que, a grande maioria deles merece confiança em termos técnicos e/ou científicos? A resposta é claramente negativa.

Não sendo possível, no âmbito deste breve texto, apresentar uma extensa lista de erros que detetámos, limitamo-nos a referir três exemplos associados aos fertilizantes que, por figurarem na Wikipédia, poderão ser, mais frequentemente, consultados.

O primeiro tem a ver, desse logo, com a **definição** de «fertilizantes». É dito que estas substâncias também são conhecidas como «adubos (sintéticos ou orgânicos)», o que não é correto. Na realidade, os adubos, sejam ou não sintéticos, constituem apenas um grupo dentro dos fertilizantes, já que nestes últimos também se incluem os corretivos minerais e os corretivos orgânicos. Mas será grave, aquele erro? Sem dúvida que é: seja em termos de nutrição das plantas, seja em termos de potenciais efeitos da sua aplicação na qualidade do ambiente, seja, até, em termos comerciais. Trata-se de substâncias muito diferentes, cuja ação, em termos de efeitos agroambientais, tem de ser considerada complementar mas nunca substitutiva.

O segundo diz respeito à **classificação** que é apresentada para os fertilizantes, em particular dos adubos, nos quais incluem, erradamente, o calcário. De facto o calcário, dada a finalidade com que é aplicado e o efeito essencialmente indireto que vai exercer na nutrição das plantas, não é um adubo, mas sim um corretivo mineral.

O terceiro tem a ver com as **características** atribuídas a certos adubos, dos quais seleccionámos, por nos parecer que os erros são mais graves, o sulfato de amónio,  $(\text{NH}_4)_2\text{SO}_4$ , e o nitrato de amónio,  $\text{NH}_4\text{NO}_3$ , em relação aos quais se diz, quanto à influência que vão exercer na reação do solo, o seguinte: o sulfato de amónio «tende a alcalinizar o solo»... e o nitrato de amónio «tem apenas metade da acidez do sulfato de amónio, contudo é ácido». Ora o que na realidade acontece é que o sulfato de amónio, não só não é fisiologicamente alcalinizante, como é, de todos os adubos usados, o mais acidificante. Poderia dizer-se que é apenas uma gralha, uma vez que quando se referem, logo a seguir, ao nitrato de amónio, dizem que «tem apenas metade da acidez do sulfato de amónio» Acontece, porém, que esta última afirmação também está errada. Na realidade, tendo os dois adubos diferentes teores de azoto, a comparação tem de ser feita em termos de unidade de azoto (N). E, se assim tivessem procedido, teriam verificado que enquanto a acidez unitária no sulfato de amónio é 5,35 (tal facto significando que a aplicação 1Kg de N sob a forma de sulfato de amónio exige, para que a reação do solo não se altere, a aplicação de 5,35kg de carbonato de cálcio,  $\text{CaCO}_3$ ), enquanto no nitrato de amónio é, apenas, 1,30; ou seja, para se alcançar a mesma situação atrás referida, bastaria aplicar 1,30kg de  $\text{CaCO}_3$ . Quer dizer, o efeito acidificante do nitrato de amónio, em relação ao sulfato de amónio, não é 1/2 mas sim cerca de 1/4.



Porque se cometem erros desta natureza? Em meu entender, a razão é muito simples: as pessoas que escreveram ou traduziram aquele texto, para além de estarem mal informadas, tinham uma deficiência bem mais grave: não tinham, neste domínio, formação suficiente. De facto, se os autores tivessem, pelo menos, algum conhecimento sobre o comportamento dos adubos nas suas relações com a química do solo e a nutrição das plantas, não teriam escrito aquelas falsidades.

Ainda em relação ao facto de este tema (e, aliás, a grande maioria dos outros que também figuram na Wikipédia) ser apresentado em «brasileiro», eu perguntaria: a aceitação de um novo acordo ortográfico não deveria implicar, também, alguma harmonização quanto a termos técnicos? Mais concretamente: será que pode ser ignorado o facto de em Portugal existir, há muito tempo, uma norma, a NP 1048, sobre a definição e a classificação das matérias fertilizantes? E isto, para não falar já de aspetos científicos, uma vez que estes são universais!

Parece-nos que nesta matéria, e pelo menos no que respeita à Wikipédia, também será caso para dizer: **cuidado com a Internet!**

Vejam, por fim, o problema das **novas tecnologias**.

Devo começar por dizer que, pessoalmente, sou um acérrimo defensor do seu uso e que tenho muita pena de, com a minha avançada idade, ter dificuldade em as acompanhar. Neste como noutros domínios, as novas tecnologias já hoje prestam um importante contributo para que os fatores de produção vegetal, neste caso o uso dos fertilizantes, pelo menos no que se refere aos *quanto* e *quando* aplicar, sejam mais corretamente usados; e tudo leva a crer que a sua utilização virá a intensificar-se e a diversificar-se cada vez mais.

No entanto, e embora sem ter a certeza de que a minha sugestão ainda poderá ter alguma atualidade, atrevo-me a chamar a atenção para dois aspetos:

O primeiro diz respeito ao facto de os sensores terem, necessariamente, de utilizar constantes, as quais, dadas as interações com o complexo solo/planta/ambiente, não poderão ser verdadeiras constantes uma vez que relacionam parâmetros que não são independentes.

O segundo, aliás decorrente do anterior, seria uma chamada de atenção para que nas equipas que desenvolvem essas novas tecnologias se incluam, sempre, pessoas que tenham adequada formação e informação sobre as características do complexo atrás referido. A sua presença poderá ser de decisiva importância para que, para além dos já citados *quanto* e *quando* aplicar, as novas tecnologias possam também auxiliar as outras duas condições igualmente indispensáveis para que o uso dos fertilizantes possa ser, termos agroambientais, mais correto: *qual* e *como* aplicar.

As considerações que, de forma muito sucinta, foram apresentadas, parecem-nos suficientes para justificar a iniciativa de, embora mantendo o mesmo texto da 4ª edição do anterior, termos procurado reunir as condições para que o livro, naturalmente com um novo aspeto, voltasse a estar disponível.

Esclareço, por fim, que *para além das razões invocadas, devo confessar que, para mim, há mais uma: enquanto eu próprio existir, não gostaria de ver desaparecer aquele livro!*

## A importância das sociedades científicas no estímulo à inovação

*António A. Monteiro - ISA*

Nunca, em Portugal, se falou tanto de inovação como agora, sendo esta apresentada como o caminho óbvio para a melhoria do desempenho económico das empresas ligadas a setores onde o peso da tecnologia é grande. É o caso da agricultura, e mais especificamente da horticultura, áreas do saber onde existem sociedades científicas, bem conhecidas da comunidade, como é o caso da SCAP-Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal ou da APH – Associação Portuguesa de Horticultura. Vale, por isso, a pena analisar o importante papel que estas sociedades podem ter no estímulo à inovação, se souberem tirar partido das mudanças que estão a ocorrer no sistema de ciência e tecnologia, tanto a nível nacional como internacional.



### As empresas e as fontes de conhecimento

A inovação só ocorre nas empresas, como é bem sabido. Em atividades cujo progresso depende da inovação, como é caso da horticultura, o conhecimento científico só faz sentido quando fica disponível para quem tem a capacidade de o transformar em inovação tecnológica. Neste caso, como em muitos outros, a melhoria do desempenho económico do setor empresarial depende da eficácia com que o conhecimento chega às empresas e da capacidade destas em o utilizar no aumento da sua competitividade.

Sabe-se, também, que o investimento em ciência realizado no seio das empresas se traduz em resultados com maior potencial em termos de inovação, do que quando a inovação depende da ciência disponível externamente. Os países mais desenvolvidos tecnologicamente não são somente os que investem mais em ciência, mas são sobretudo aqueles que têm elevados investimentos em ciência no interior do tecido empresarial. Contudo, muitas empresas, sobretudo as PMEs, não têm capacidade para ter os seus próprios departamentos de investigação e, por isso, dependem do conhecimento que é produzido externamente, como por exemplo nas universidades e em outras instituições de investigação. É fundamental ter sistemas eficazes para fazer chegar o conhecimento às empresas, sob pena de não se criarem condições para uma inovação constante e sustentada.

### O sistema de ID+I está a evoluir rapidamente

Estão presentemente a ocorrer, a nível mundial, profundas alterações nos sistemas de ciência e tecnologia, que nos obrigam a olhar de forma diferente para as questões ligadas à produção e à utilização do conhecimento, e a deixar de pensar que se pode continuar a utilizar métodos ou processos que já ficarem definitivamente para trás nos países mais evoluídos.

Alguns exemplos. O modelo linear de transferência de conhecimento, que predominou na agricultura dos países mais desenvolvidos durante o século XX, está a desaparecer por ser caro e pouco eficaz. De acordo como este modelo, o conhecimento era produzido nas instituições de investigação e depois ia seguindo ao longo de uma cadeia até chegar aos serviços de extensão, habitualmente públicos. À medida que as empresas agrícolas e as suas associações fortaleceram o seu corpo técnico e as tecnologias passaram a ser cada vez mais especializadas e sofisticadas,

o setor empresarial teve que criar o seu conhecimento próprio e deixou de estar interessado em serviços de carácter generalista. Aliás, o termo “transferência de conhecimento” faz cada vez menos sentido e tende a ser substituído por “intercâmbio de conhecimento (*Knowledge Exchange*), o qual significa que o fluxo de informação entre os produtores de conhecimento e os utilizadores de conhecimento se passou a fazer nos dois sentidos, numa base de forte interação entre as partes.

Vemos também que nas universidades, no que diz respeito à investigação, há menos departamentos de ciência aplicada ou de tecnologia, como a horticultura, e aumenta a investigação em áreas mais fundamentais. Não falando em termos de ensino, que obedece a outro paradigma, o direcionamento das universidades para áreas menos aplicadas do saber resulta, em parte, da melhoria qualitativa, em termos científicos, que se tem verificado nos utilizadores do conhecimento. Estes, dispendo de recursos humanos com mais elevado nível de formação, têm capacidade para aplicar ao desenvolvimento de novas tecnologias os conhecimentos menos aplicados produzidos pela Universidade, não necessitando que seja a própria universidade a fazer a respetiva translação.

Com o desaparecimento progressivo do sistema linear de transferência de tecnologia, as empresas seguem também modelos mais informais na procura do conhecimento, como os do tipo “*Open Innovation*”. De acordo com este modelo, o conhecimento de elevada qualidade, que as empresas necessitam para melhorar as tecnologias correntes, os produtos e os processos, é abundante e disperso. As empresas utilizarão o conhecimento a partir de todas as fontes disponíveis, desde que este satisfaça as suas necessidades na procura de novas oportunidades de negócio. Contudo, o conhecimento tem que estar facilmente acessível e livremente disponível.

#### A importância das publicações e das reuniões científicas

Num relatório recente do Parlamento Europeu, sobre o conhecimento gerado pelas instituições públicas de investigação, diz-se que os dois métodos mais importantes para transferência de conhecimento para as empresas são: (a) as publicações académicas tradicionais tais como artigos científicos, atas de conferências e os livros; b) os contactos informais, incluindo contactos pessoais durante encontros científicos, seminários e reuniões de associações empresariais.

Assim, este estudo mostra as publicações e os encontros científicos são uma fonte muito útil de conhecimento, se este for olhado e procurado tendo em vista a sua aplicação na inovação. Alguém que busca a solução para um problema de natureza tecnológica pode descobrir a resposta num artigo científico, a cujos autores tal ideia poderia nunca ter ocorrido.

#### As oportunidades para as sociedades científicas

Estas alterações de que temos estado a falar podem criar grandes oportunidades para as sociedades científicas se estas se conseguirem posicionar da forma mais adequada. Cabe às sociedades científicas preencher o espaço deixado vago pelo progressivo desaparecimento das instituições de transferência de tecnologia. Para tal há que desenvolver e melhorar o conteúdo das publicações, e organizar os encontros científicos de forma a ir ao encontro da necessidade demonstrada pelos utilizadores do conhecimento. A esse propósito, vou mencionar três componentes que merecem a máxima atenção, utilizando exemplos no âmbito da horticultura.

As publicações científicas das sociedades científicas devem ser de acesso livre (*open access*), por ser a forma de fazer chegar facilmente a informação a uma audiência tão vasta quanto possível. Esta questão é especialmente importante quando se trata de informação que pode ser útil a técnicos e cientistas a trabalhar em empresas, os quais não têm, habitualmente, a mesma

facilidade de acesso a recursos bibliográficos de quem trabalha nas universidades ou instituições públicas de investigação, onde está disponível o acesso à maioria das revistas científicas, através da compra de pacotes de assinaturas às grandes editoras, como é o caso do bem conhecido “Science Direct” da Elsevier. Só se consegue chegar a quem não dispõe destes meios, através de publicações de “*open access*”, que possam ser consultadas através da Internet, cujo número está a aumentar muito rapidamente na generalidade das áreas científicas.

Os encontros técnico-científicos devem ser suficientemente atrativos para os cientistas que trabalham em áreas menos aplicadas da ciência. Muitos destes cientistas investigam em temas tão distantes da aplicação final do seu conhecimento, que não se consideram parte das ciências hortícolas. Contudo, a presença destes investigadores nos encontros sobre horticultura é muito importante, pelo contributo que podem dar para a inovação hortícola, quando interagem com outros investigadores ligados aos mesmos temas hortícolas ou quando verificam, através do contacto com os utilizadores do conhecimento em ambiente empresarial, quão importante pode ser o seu trabalho. É esta complementaridade entre a diversidade dos perfis dos participantes que deve nortear a organização de eventos técnico-científicos no âmbito da horticultura.

Por último, fica o mais óbvio. Não faz qualquer sentido, na atualidade, organizar encontros técnico-científicos sobre horticultura em que a indústria não esteja amplamente representada. São as empresas que têm capacidade para produzir a inovação, e por isso, como acima se explicou, é aos seus representantes que interessa o conhecimento científico.

As sociedades científicas no âmbito do setor agrícola são cada vez mais necessárias. Contudo, têm que se adaptar aos novos paradigmas da gestão do conhecimento e da inovação. Por tratarem de áreas do conhecimento muito aplicadas, que estão na charneira entre a ciência disciplinar e as questões de carácter profissional ligadas ao setor empresarial, as sociedades científicas têm que ser suficientemente interessantes para qualquer das partes. Se o não fizerem, outros saberão aproveitar essas oportunidades. Nos últimos anos tenho participado em diversos encontros internacionais organizados por associações empresariais do setor hortícola. Em muitos casos, foram eventos de grande qualidade, em que o programa científico não ficou nada a dever a encontros semelhantes organizados por reconhecidas sociedades científicas. Trata-se de uma situação que dá que pensar e que merece ser analisado em detalhe, mas que ultrapassa o âmbito deste curto artigo.

#### Referências

Arnold, E.; P. Knee; N. Brown, Z. Jávorka; F. Giarracca; S. Sidiqi. 2012. Knowledge Transfer From Public Research Organizations, European Parliament, STOA ([http://www.europarl.europa.eu/stoa/default\\_en.htm](http://www.europarl.europa.eu/stoa/default_en.htm))

Chesbrough, H. 2003. The Era of Open Innovation. Sloan Management Review, 44(3), 447-485



## Nota de conjuntura vitivinícola mundial

*Fernando Bianchi de Aguiar - UTAD*

### Fatos mais marcantes:

- A superfície de vinha mundial atingiu, em baixa, 7.519kha<sup>1</sup> em 2013,
- Apesar desta diminuição a produção de uva no mundo aumentou em 2013,
- A primeira estimativa do volume de vinho produzido em 2014 é 271Mhl<sup>2</sup>
- O mercado de vinho espumante tem crescido nos últimos anos: em 10 anos produção aumentou em mais de 40%, com um aumento de 30% do consumo



### Superfície vitícola mundial

A superfície mundial de vinha (7.519kha) está em declínio, principalmente devido à redução das vinhas europeias.

Neste período a superfície total caiu 290kha e em Portugal 14kha, contabilizando atualmente uma superfície de 224kha. O decréscimo de superfície no nosso país acentuou-se nos dois últimos anos (2012 e 2013).

Em compensação na China, de forma considerável, e na América do Sul (Argentina e Chile) o total da superfície de vinha continuou a crescer: estas regiões tornaram-se os principais centros de desenvolvimento da viticultura mundial.

Na Oceânia um ligeiro decréscimo da Austrália está compensado com um crescimento da superfície vitícola da Nova Zelândia.

**Quadro 1. Evolução da repartição da superfície de vinha entre o ano 2000 e 2013 (%)**

	2000	2013
<b>Europa</b>	52,9	40,9
Espanha	15,7	13,6
França	11,6	10,5
Itália	11,6	10,0
Roménia	3,2	2,5
<b>Portugal</b>	3,0	3,0
...		
Alemanha	1,3	1,3
<b>Asia</b>	20,3	29,8
China	3,8	9,0
Turquia	7,3	6,7
<b>América</b>	20,0	21,0
EUA	5,2	5,4
<b>África</b>	5,0	5,8
<b>Oceânia</b>	2,1	2,9
<b>TOTAL (em kha)</b>	7.809	7.519

<sup>1</sup> Milhares de hectares (k/quilo prefixo do SI).

<sup>2</sup> Milhões de hectolitros (M/mega prefixo do SI).

## Produção mundial de uva

**Quadro 2. Evolução da produção global de uva entre os anos 2000 e 2013 (%)**

	2000	2013
<b>Europa</b>	62,5	55,0
<i>Itália (2.º)</i>		10,0
<b>Ásia</b>	19,4	24,0
<i>China (1.º)</i>		15,0
<b>América</b>	12,0	14,0
<i>EUA (3.º)</i>		10,0
<b>África</b>	4,3	5,0
<b>Oceânia</b>	2,0	3,0

A Produção de uva totalizou 75,1Mt<sup>3</sup> (todos os tipos de uso). Confirma-se uma tendência de aumento de produção (+ 17% / 2000), apesar de uma diminuição da superfície da vinha.

Este fato explica-se, em grande parte, por um aumento de produtividade, fruto de condições climáticas favoráveis em alguns países, bem como pela melhoria contínua das técnicas vitícolas e qualidade do material vegetal. A China, com 11,5Mt, representa hoje em dia 15% da produção mundial de uva, seguido da Itália (7,9Mt) e dos Estados Unidos (7,5Mt).

## Uva para consumo em fresco

A produção mundial de uva dedicada ao consumo em fresco atingiu, em 2013, 24,9Mt (33,2% da produção total de uva), mais 21% em relação ao ano de 2000.

O consumo mundial atingiu 24,1Mt, o maior consumo reportado desde o ano 2000. A Ásia é de longe o maior consumidor mundial representando 62% dessa produção, cabendo à China, sozinha, 36% (> 8Mt). Por ordem decrescente e com consumos inferiores (<0,2Mt) seguem a Índia, a Turquia, o Irão e o Egito.

**Quadro 3. Os maiores produtores mundiais de uva para consumo em fresco (74%)**

País	Mt	%
China	8,40	33,7
Índia	2,12	8,5
Turquia	1,18	4,7
Irão	1,14	4,6
Itália	1,11	4,5
Egito	1,13	4,5
Chile	0,90	3,6
Uzbequistão	0,86	3,5
EUA	0,78	3,1
Brasil	0,73	2,9

<sup>3</sup> Milhões de toneladas.

## Uva passa

**Quadro 4. Os 10 maiores produtores mundiais de uva passa (89,9%)**

País	kt	%
EUA	371,5	28,6
Turquia	355,9	27,4
Irão	160,0	12,3
Chile	123,0	9,5
África do Sul	46,0	3,5
Índia	33,6	2,6
Grécia	26,7	2,1
Argentina	25,2	1,9
Uzbequistão	17,0	1,3
Austrália	10,0	0,8

Em 2013 a produção global de uva passa representou cerca de 1,3Mt (aprox. 6% da produção total de uva<sup>4</sup>), com um consumo reportado de 1,2Mt. Desta produção 65% é consumida fora dos países de produção. Os EUA são os maior produtores e consumidores mundiais com, respetivamente, 371,5kt e 226,8kt (18%). Seguem-lhe a Turquia (12%), o Reino Unido (9%), a Alemanha (6%), a Holanda (4%), a Austrália (3%), o Japão, o Irão, o Canadá, o Brasil, a Grécia, a França, a Itália, com consumos de cerca de 2% e o Iraque e a China com 1%.

## Produção de vinho

Com uma redução de 6% em relação ao anterior, a produção mundial de vinho (excluindo os sumos e mostos) atingiu 271Mhl em 2014 (primeira estimativa). Este ano vitícola foi marcado por condições climáticas adversas que explicam este resultado, especialmente na Europa. Apesar de uma tendência decrescente a Europa continua a ser o maior produtor de vinho mundial com a liderança da França (46,2Mhl), seguida da Itália, que registou uma colheita limitada (44,4Mhl) e da Espanha, que regressou ao seu nível médio de produção (37Mhl), depois de um recorde no ano 2013.

\* Dado de 2013, 2014 ainda não disponível

**Quadro 5. Os 10 países que produziram 81,5% da produção mundial em 2014**

País	Mhl	%
França	46,0	17,0
Itália	44,4	16,4
Espanha	37,0	13,7
EUA	22,5	8,3
Argentina	15,2	5,6
Austrália	12,6	4,6
China*	12,0	4,4
África do Sul	11,4	4,2
Chile	10,0	3,7
Alemanha	9,7	3,6

<sup>4</sup> Calculado na assunção de um rendimento de 28,6% (3,5kg para 1kg de uva passa).

Por outro lado, a produção no hemisfério sul e os Estados Unidos continua a crescer: a Argentina, com 15,2Mhl (+ 1% / 2013), Nova Zelândia, com um recorde de 3,2Mhl (+ 29% / 2013), África do Sul, com 11Mhl (+ 4% / 2013) e os Estados Unidos que, com 22,5Mhl, registou um volume elevado de produção.

**Portugal** é o 11.º produtor mundial logo atrás da Alemanha. A primeira estimativa para a produção de 2014 situa-se em torno de 5.886khl, menos 6% do que a produção do ano anterior. Esta perda de produção contrasta pela positiva com a Europa, onde as estimativas, divulgadas por Bruxelas, apontam para uma redução de 8% da produção, sendo de -18% em Espanha e de -15% em Itália<sup>5</sup>.

## Consumo mundial de vinho

Quadro 6. Alteração da geografia do consumo de vinho entre 2000 e 2013 (%)

	2000	2013
Europa	69	61
América	20	23
Ásia	6	10
África	3	3
Oceânia	2	3

Os dados disponíveis à data indicam uma consolidação do consumo global estimado em cerca de 243Mhl, em 2014. Este volume confirma o crescimento do consumo de vinho impulsionado por novos centros emergentes de consumidores. Entre 2000 e 2013 assistiu-se à deslocação do consumo: 39% da produção é consumida fora dos países europeus, contra 31%.

Tradicionalmente os maiores consumidores eram os países europeus. Hoje na lista dos 5 primeiros encontramos os EUA, em 2.º lugar desde 2007, e a China, em 5.º lugar desde 2006. **Portugal**, com um consumo estável desde 2007 em torno de 4,5Mhl, situa-se em 11.º lugar.

## Comércio internacional de vinho

### Exportação

A vitivinicultura constitui um setor cada vez mais internacionalizado com uma quota de produção de vinho introduzido no mercado global em forte crescimento.

Entre o ano 2000 e a atualidade quase duplicou: 25% do vinho consumido no mundo no ano de 2000 resultava de importações e atualmente (dados de 2013) representa já mais de 40%.

<sup>5</sup> Informação do IVV, Comunicado de Imprensa 4/12/2014.



**Quadro 7. Os 10 países que mais exportaram em valor em 2013**

	Em valor (G€)	Em volume (Mhl)
França	7,8	14,6
Itália	5,0	20,3
Espanha	2,5	17,7
Austrália	1,3	7,1
Chile	1,4	8,8
Alemanha	1,0	4,0
EUA	1,2	4,1
Nova Zelândia	0,8	1,8
<b>Portugal</b>	0,7	3,1
Argentina	0,7	3,2

Em 2013, as trocas mundiais de vinho caíram 2,2% em volume, representando 98Mhl. O crescimento dos preços permitiu no entanto um aumento em valor na ordem dos 1,5%, com um total de 25,7GEuros<sup>6</sup>. Desde o início do século que os 10 maiores países exportadores têm crescido em valor, mantendo-se a França como líder.

Portugal aparece só em 9.º lugar, afastando-se da Alemanha, historicamente próximo, pela interposição de países do Novo Mundo.

Em 2013 tanto a Itália (20,3Mhl) como a Espanha (17,7Mhl) exportaram volumes superiores à França contudo com um preço médio mais baixo.

As principais alterações na classificação referidas verificaram-se nos últimos 5 anos: Chile, Africa do Sul e Nova Zelândia tiveram um grande crescimento, tanto em valor como em volume. Os EUA perderam volume mas cresceram em valor.

## Importação

6 países importam por ano mais de mil milhões de Euros de vinho.

Os EUA destronaram o Reino Unido da posição de líder mundial, Alemanha e Canadá crescem lentamente e a China alcançou os valores de importação do Japão embora tenha decrescido ligeiramente em 2013.

**Quadro 8. Os 10 países que mais importaram em valor em 2013**

	Em valor (G€)	Em volume (Mhl)
EUA	3,9	15,4
Reino Unido	3,7	13,1
Alemanha	2,6	11,7
Canadá	1,5	5,9
Japão	1,2	4,9
China	1,2	3,9

Em termos de volume a Alemanha mantém a sua liderança com 15,4Mhl em 2013, seguida do Reino Unido e dos EUA, ambos com volumes de importação superiores a 10Mhl.

<sup>6</sup> Mil milhões de euros (G/Giga prefixo do SI).

## Sobre o mercado de vinhos espumantes

Um volume de 17,6Mhl de vinhos espumantes foi produzido em 2013, valor que corresponde a 7% da produção mundial de vinho.

O Consumo mundial está estimado em 15,4Mhl, com um aumento de 30% nos últimos dez anos. O comércio mundial tem também experimentado um crescimento sustentado, alcançando 8,7Mhl em 2013 para um valor de 4,3GEuros. As exportações de vinhos espumantes representam 9% do volume total de vinho exportado e 18% do seu valor.

## O Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos - Lei 26/2013 de 11 de abril

*Jorge de Castro - SCAP*

Sabemos desde há muitos anos, que alguma coisa teria que ser feita para que pudesse haver uma maior segurança na distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Para isso foi publicado há pouco mais de 10 anos, o Decreto-Lei 173/2005 de 21 de outubro, que, de uma forma simples, clara e exequível regulava as atividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais. Este decreto-lei, desde que corretamente seguido e fiscalizado, era suficiente para que houvesse uma segurança perfeitamente aceitável em todo o circuito referido, desde o fabricante até ao utilizador final.



Contrariamente, a Diretiva nº 2009/128/CE e o Regulamento (CE) nº 1107/2009 que se encontram na origem da Lei 26/2013 de 11 de abril, bem como do *Projeto de Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos (PAN)*, contêm alguns artigos totalmente utópicos, irrealistas e impossíveis de implementar e cumprir a curto prazo. Senão vejamos:

1. Como é referido logo na introdução do Volume II do PAN, o uso de produtos fitofarmacêuticos pode promover benefícios significativos para a sociedade através do aumento da disponibilidade de géneros alimentícios de boa qualidade, a preços razoáveis. No entanto, os produtos fitofarmacêuticos podem, pela sua natureza, ser prejudiciais aos organismos vivos, havendo riscos associados à sua utilização. É importante que esses riscos sejam avaliados com precisão e sejam definidas as medidas adequadas para os minimizar. Isto é sem dúvida verdade, e todos sabemos que se podermos resolver um problema com um produto de menor toxicidade, não vamos utilizar outro que seja mais tóxico, quer para o utilizador, quer para o ambiente. Mas daqui passar ao ponto de que a luta química é o último recurso que só poderá ser utilizada quando todas as outras soluções não forem eficazes, é um exagero, um risco, um custo acrescido e um contrasenso. Sabe-se que a luta química é um meio de controlo de pragas e doenças de elevada eficácia, de baixo custo em comparação com outros meios, e, se bem conduzido, de baixo risco, pois nos últimos anos, a maioria das substâncias ativas de elevada toxicidade foram retiradas do mercado comunitário, deixando inclusivamente a descoberto o controlo de alguns problemas de elevada gravidade. Numa época de livre circulação de

bens, temos que lutar para que os nossos agricultores consigam produzir a custos mais baixos para que possam ser concorrenciais face a todos os alimentos que nos chegam do exterior. A filosofia em que assenta esta diretiva não tem em conta o aspeto económico já tão débil dos agricultores portugueses.

2. No mesmo Volume II do PAN, ao fazer-se a caracterização social da população agrícola, refere-se que esta é essencialmente de índole familiar, e constituída por 793 mil indivíduos, em que aqueles com idade superior a 65 anos, representava, em 2009, um terço da população em causa, ou seja, cerca de 264 mil pessoas! Cada um destes indivíduos tem sido, e em teoria continuaria a ser, um aplicador de produtos fitofarmacêuticos, que se caracteriza por, em média, *ser um homem, ter 63 anos, tendo apenas completado o 1º ciclo do ensino básico, ter formação agrícola exclusivamente prática e trabalhar nas atividades agrícolas da exploração cerca de 22 horas por semana.*

No entanto, a partir de 26 de novembro de 2015, vai deixar de o ser, pois o aplicador de produtos fitofarmacêuticos deve dispor de habilitação comprovada por:

- a) *Certificado de aproveitamento na avaliação final da ação de formação sobre aplicação de produtos fitofarmacêuticos prevista na alínea b) do n.º 6 do artigo 24.º;*
- ou
- b) *Formação superior ou de nível técnico-profissional, na área agrícola ou afins, que demonstre a aquisição de competências sobre as temáticas constantes da ação de formação referida na alínea anterior.*

Tanto quanto sabemos, à data de novembro de 2014, encontravam-se cerca de 40.000 agricultores devidamente credenciados! E os restantes 750.000?

É claro que sabemos que dos 264 mil agricultores com mais de 65 anos, muitos irão a pouco e pouco abandonando as suas explorações, pois a própria idade os vai impedir de continuar, mas isso é um processo demorado. A Lei 23/2013 não prevê que a grande maioria deste indivíduos aplica produtos fitofarmacêuticos há muitos anos, e resultado de todas as campanhas de sensibilização que tem havido, sabe como aplicar, quando aplicar, e mesmo muitas vezes, o que aplicar! O Volume II do PAN refere que *apesar dos indicadores atrás referidos, registaram-se melhorias significativas nos dez anos em estudo, pois a taxa de analfabetismo baixou 7% e a frequência do ensino secundário e superior aumentou 3%.* Estamos pois, muito devagar, a avançar no bom caminho!

3. Poder-se-á argumentar que para este tipo de agricultores existe uma gama de produtos de uso não profissional, a geralmente designada linha “Horta e Jardim” destinada especificamente a quem não é profissional; no entanto a gama de soluções disponíveis neste segmento é reduzidíssima, permitindo apenas combater um número ínfimo de problemas, além de ter um custo muito mais elevado e estar sujeita a um regime de IVA de taxa normal, enquanto que os produtos fitofarmacêuticos ainda beneficiam de taxa de IVA reduzida. Isto faria com que os nossos agricultores perdessem ainda mais competitividade.

4. Finalmente a situação que nos parece de maior importância: partindo do princípio que a Lei é para ser cumprida, pelo que acima se refere, a grande maioria daqueles a quem hoje poderemos chamar “agricultores-aplicadores”, a partir de novembro de 2015, deixará de poder adquirir e aplicar produtos fitofarmacêuticos. A área cultivada e tratada reduzir-se-á, a produção diminuirá, o rendimento destes agricultores diminuirá igualmente, e o

consumidor irá pagar mais caro. Por outro lado, o pequeno comerciante retalhista, que foi obrigado a fazer obras nos seus locais de venda, que é obrigado a ter um técnico responsável bem como operadores certificados por imposição do Decreto-Lei 173/2005 bem como da Lei 26/2013, que vive fundamentalmente deste tipo de clientes, irá ver a sua atividade altamente comprometida e muitos não conseguirão certamente subsistir; o valor das transações será menor, a cobrança de IVA igualmente menor, e o Estado irá também perder significativamente com a aplicação desta Lei.

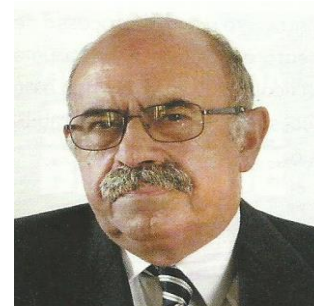
Para terminar, pois muito mais haveria a comentar sobre este assunto, é evidente que temos consciência de que a Lei 26/2013 resultou da transposição da Diretiva nº 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, mas também sabemos que, conforme o mesmo PAN refere, *cada EM tem alguma liberdade para a implementar, de acordo com a realidade nacional e no âmbito do princípio da subsidiariedade*. Talvez seja a altura indicada para ver qual a posição dos nossos vizinhos espanhóis, franceses e italianos, para não mencionar os gregos, pois estamos certos de que não serão certamente tão rígidos nesta transposição, nem tão pouco aceitarão de ânimo leve uma determinação altamente prejudicial às economias dos seus países!

Uma lei quando é feita, deve sê-lo por pessoas que estejam dentro da realidade dos mercados, e não por simples juristas que se limitam a transcrever as diretivas, já de si eivadas de grande irrealismo, pois também elas já foram elaboradas, neste caso certamente por pessoas que não têm a mínima noção do que é a realidade agrícola nos países do Sul da Europa.

## Combater o Efeito de Estufa

*Arnaldo Dias da Silva - UTAD*

O projeto parece muito sedutor na versão que me chegou às mãos: incluir na dieta de monogástricos (aves e suínos) um alimento single cell protein resultante da cultura de uma ou mais bactérias utilizadoras de metano como fonte de energia, fazer crescer essa cultura de bactérias, granular, incorporar em dose adequada nas rações daqueles animais e... esperar que os animais comam, tenham saúde e cresçam! A ciência vaticina - só pode esperar-se que cresçam bem!



Desde que sejamos capazes de captar metano em quantidade suficiente e segura, a partir das inúmeras fontes disponíveis – pelo menos as mais importantes, incluindo os milhões de ruminantes existentes à superfície da Terra -, certamente que não será muito difícil fazer o resto.

(Antes de prosseguir é preciso dizer que sabemos que a bactéria em causa – *Metylococcus capsulatus* – foi descoberta após a assinatura do protocolo de Kyoto, em fevereiro de 2005)

O Departamento de Ciência Animal da Universidade de Agricultura em Aarhus, propõe-se justamente realizar o trabalho de alimentação animal, para já em porcos (HanneDamgaard.Poulsen@agrsci.dk).

O trabalho será realizado em conjugação com outro estabelecimento de ensino superior agrário da Dinamarca e com uma empresa, também ela dinamarquesa, que domina a componente tecnológica do processo - a produção industrial da bactéria ou, o que é o mesmo, de single cell protein.



Este projeto, que se espera possa durar 3 a 5 anos, é apoiado financeiramente pelo fundo dinamarquês para a inovação (InnovationsFonden) que, para o efeito, disponibiliza desde já 15 milhões de coroas dinamarquesas.

Como anunciou a Universidade de Aarhus, este projeto pode bem representar uma prenda para o ambiente - *a gift for the environment*, assim pode ler-se no Boletim de divulgação da Universidade de Aarhus do mês de outubro de 2014.

Se nos lembrarmos da enorme dependência dos países da UE para fontes proteicas usadas em alimentação animal como a soja e seus derivados – a dependência de Portugal é bem maior que a da média comunitária – é fácil perceber o alcance do projeto.

Devemos acentuar que a via da produção de single cell protein, além de poder contribuir para reduzir a dependência europeia (UE) em fontes proteicas para animais (e, portanto para o homem), pode dar contribuição valiosa para a redução do efeito de estufa diminuindo a contribuição do metano para (potencialmente) tão grave problema.

Na minha opinião seria excelente se o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV (que alberga o antigo LNIV), sob tutela do Ministério da Agricultura das Pescas e do Mar e as unidades de ID das várias universidades e institutos politécnicos distribuídos pelo país, trabalhassem sobre este assunto.

Por fim, parece-me que no atual contexto seria também muito apropriado, que o Presidente da FCT em conjunto com os seus assessores se preocupassem seriamente com estes problemas, com grande componente agrária, nos seus programas. É claro que parto do princípio que os assessores que o atual presidente da FCT tem, não ficarão ofendidos por ter utilizado esta maldita palavra “agrária” ...

## O que ainda não se disse sobre as praxes – Um testemunho

*José Dias Carreiro - Empresário*

Senhor Diretor:

Sendo um assunto largamente debatido nos *media*, e quando pensamos que isso seria suficiente para moderar o exercício dessas práticas, eis que surgem novos dados que revelam não se encontrar esgotado. Alguns destes são bastante aberrantes e vêm assumindo uma notória visibilidade, como foi o caso, entre outros, do Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros e também o da Escola Superior Agrária de Santarém, que chegaram mesmo à barra dos tribunais. Mais recentemente, veja-se os casos da praia do Meco e ainda o que ocorreu com estudantes da Universidade do Minho, que vieram de novo trazer este assunto para o debate público.

Um estudo recente da autoria da Doutora Leila Rodrigues, Professora da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), inserido nos “Cadernos Pedagógicos no Ensino Superior”, que teve a amabilidade de me enviar, aborda com profundidade a problemática das praxes. Referiu, entre outros, o caso especial do autor deste artigo, por não ter paralelo em nenhuma outra escola. Embora pareça inacreditável e insólito pelo absurdo que representa o exercício de tal prática, a



verdade é que quase podemos afirmar que seria necessário recuar à Idade Média para encontrar situações semelhantes.

Agora na primeira pessoa: os factos que aqui vou comentar, de que fui vítima, remontam aos anos de 1953/55 e passaram-se na antiga Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra (ERAC). A brutalidade de que eles se revestiram deve, por isso, constituir um registo para memória futura. O trabalho da citada docente veio despertar em mim velhos fantasmas que estavam adormecidos, embora me tivessem marcado para toda a vida.

Recordo ainda esse dia, quando frequentava o 2º ano do Curso de Regente Agrícola, há 60 anos, tinha então 18. Foi em plena aula prática de Patologia que tudo começou, quando um veterano me quis “chatear” (termo do vocabulário praxista), o que eu contestei de imediato por tal ser proibido. Não satisfeito com isto, à saída interpelou-me, tendo originado uma discussão, por ter verberado tal comportamento. Este “valentão” passou então à agressão física, revelando uma personalidade que me recuso a avaliar. Uma queixa ao Conselho de Veteranos não se fez esperar, tendo o julgamento ocorrido poucos dias depois. Pedi, então, que me fosse concedido o estatuto de neutralidade, tendo seguidamente abandonado o dito Conselho, na convicção que, ao contrário de outras praxes, isso não aconteceria. A “douta decisão” veio com a brutalidade, que, aliás, era timbre daqueles patrões da praxe, e o castigo não podia ser outro se não a de ficar **INCOMUNICÁVEL até ao final do curso, sendo vedado a todos os alunos a comunicação comigo por qualquer meio**, isto é, foi-me aplicada a pena capital. Sublinhe-se que esta incomunicabilidade era total e absoluta, pois mesmo alguns apontamentos que me eram facultados por colegas amigos foram-no na mais rigorosa clandestinidade. A aplicação desta regra era feita em modos fundamentalistas, pois nem sequer era permitido encontros no exterior da escola, ao ponto de dois alunos terem sido ameaçados só por terem ido a um baile a minha casa, o que constituiu uma impensável intromissão aos mais elementares direitos e liberdades do indivíduo.

Estes factos representaram o corolário de um ano de agressões físicas, como a prática tão comum da “chulipa” (pontapés no traseiro) os “cachações” (pancadas no pescoço) e outro tipo de “mimos” que serviram para desencadear uma situação que tinha vindo a adiar, ou seja, libertar-me desse jugo, que constituía um atentado à minha dignidade.

Restavam-me ainda dois anos, que, entretanto, foram um pouco suavizados porque dois colegas de curso se negaram a obedecer a tamanha monstruosidade, e que lhes valeu, também, a aplicação da mesma punição. Esta prova de amizade e de solidariedade frustraram, de algum modo, as intenções de me provocar um completo isolamento e, com isso, o abandono da escola, o que normalmente ocorria em casos semelhantes, pela dificuldade em suportar esta violência e esta pressão psicológica. Ficou bem patente o meu carácter inconformista que esta situação veio a evidenciar e que constituiu, creio, um autêntico hino à liberdade.

Esta condição de pária para que fui remetido representou também um aviso para os cursos que se seguiram, pois que estes desmandos vieram a confirmar que as praxes deveriam constituir uma forma de integração, tal como teriam sido na sua génese, e nunca uma prática abusiva e repulsiva como, na época, se vieram a tornar.

O que não há dúvida é que **este tipo de praxe era abjeto, anti-natura e atentatório dos Direitos do Homem**, sendo exercida por um grupelho, já que, a maior parte, era no máximo tolerante e no mínimo apoiante, e que, no meu caso pessoal, se tornou num autêntico exercício de

segregação. Fui privado do convívio com os demais colegas, impossibilitado de gerar as amizades que resultam, normalmente, desse contacto, ao ponto de, inclusivamente, ter sido excluído da participação no Livro de Curso.

Não esqueço que o responsável por tudo isto é o indivíduo que desencadeou esta situação, e que não ouse tratar por colega, sendo acolitado por mais dois ou três, que, acovardando-se à sombra daquilo que designavam por praxe, evidenciaram comportamentos de uma manifesta falta de princípios.

Foi com esta pressão psicológica que rumei a Espanha – Granada e Sevilha – onde permaneci quase um ano, a fim de realizar o estágio que completaria o Curso de Regente Agrícola. Aqui rapidamente granjeei a amizade de vários jovens, que me brindaram com uma ceia de despedida na véspera da minha saída de Granada, tendo-me sido outorgado, nessa ocasião, o título de “granadino honoris causa”, registado num documento muito bem elaborado e do qual tanto me orgulho. Provou-se, creio, a minha capacidade de criar amigos e ficou reforçada a ideia de que a privação resultante do castigo hediondo muito me penalizou. Refira-se, que Granada é uma cidade universitária de excelência, onde estas práticas não existiam e nem existem atualmente!

Quem pensar que este artigo está deslocado no tempo, engana-se. Afinal, a raiva, não sei mesmo se o ódio, sobretudo na pessoa do seu instigador e ator principal, parece ter permanecido, **pois passados 50 anos, isto é, há cerca de sete anos, ainda se mantinha bem latente** – na reunião preparatória daquela efeméride ter-se-ia gerado uma acesa discussão sobre um eventual convite que me seria endereçado para participar na comemoração desse aniversário. Deste facto resultou um corte de relações, conforme me foi relatado pelo colega, que em minha defesa se opôs à minha não inclusão. Parece impensável que esteja sempre presente nestas ocasiões o mesmo senhor das praxes.

Porém, a sanha persecutória não conseguiu atingir a minha vida profissional. Graças à formação conseguida na ERAC pude atingir bastante visibilidade nacional e internacional, graças a cargos que ocupei, como as presidências da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Coimbra), da Associação Portuguesa de Horticultora (APH), sociedade técnico-científica (de que fui um dos fundadores e atual sócio honorário), etc.

A minha empresa foi também escolhida para representante exclusiva da Universidade da Califórnia em Portugal, na área da transferência de tecnologia do morango e conferiu ao país prestígio além fronteiras nesta cultura.

Os herdeiros destas práticas hediondas também não conseguiram travar o regresso à minha antiga escola, agora integrada no ensino universitário politécnico, tal como eu o costumo designar, tendo terminado, já com setenta e oito anos, a licenciatura em Engenharia Agropecuária. Constatei, então, que a praxe é agora exercida com bastante moderação.

Quem pensar que este enunciado não passa de um rol de lamentações, deve observá-lo mais como um desafio que a vida nos coloca no nosso quotidiano e que eu tive de aprender a ultrapassar e vencer. Este grito de revolta que aqui fica expresso que sirva também de alerta para aqueles que pensam que a brutalidade de alguns homens deveria ter limites.

Em Portugal as leis civis e penais, assim como o regulamento disciplinar dos estabelecimentos de ensino superior, estão acima de quaisquer códigos de praxe, que, aliás, não têm nenhum valor jurídico, conforme relata no seu trabalho a Doutora Leila Rodrigues. Refere também a mesma docente, e no que concerne à ESAC, o Estatuto Disciplinar do Estudante do IPC, datado de 23 de Janeiro de 2009, que a praxe tem como finalidade criar ou fortalecer um espírito comunitário nestas escolas, como estabelece no capítulo II, artigo 5º. Entre outras, no artigo 6º estão previstas sanções que podem ir de um ano a cinco de interdição da frequência à instituição.

Isto quer dizer que o castigo selvagem de que fui vítima se enquadraria perfeitamente neste quadro punitivo, o que na prática corresponderia à expulsão dos seus autores.

Não há dúvida, e concluindo, as praxes tal como foram exercidas durante a minha passagem pela ERAC, **eram uma prática fraturante e não tinham enquadramento em nenhum código de ética.**

## Calendário de Eventos na União Europeia

### 2015

Data	Evento	Local
4 a 6 Fevereiro	FruitLogistica	Berlin (Alemanha)
27 e 28 Fevereiro	Lusoflora 2015 - Mostra Profissional , CNEMA	Santarém
25 Fevereiro a 1 de Março	Salon International Agricole	Paris (França)
5 a 8 de Março	Expojardim, Frutitec/Hortitec	Batalha
22 a 25 de Março	SOL - Salão Internacional do Azeite	Verona (Itália)
18 a 20 de Abril	Expoagro	Almeria (Espanha)
29 de Abril a 3 de Maio	Ovibeja	Beja
5 de Junho	Simpósio Nacional de Resíduos e Efluentes das Actividades Pecuária, Industrial e Agroindustrial – sua importância para a agricultura	Leiria
6 a 14 de Junho	Feira Nacional de Agricultura, CNEMA	Santarém
30 de Junho a 5 de Julho	Hampton C. Palace - Flower Show	Surrey (UK)
1 a 9 de Setembro	Potato Europe	Hannover (Alemanha)
9, 10 e 11 de Setembro	2º Simpósio Nacional do Castanheiro/6ª Encontro Europeu da Castanha	Vila Pouca de Aguiar
28 a 30 de Outubro	Fruit Attraction	Madrid (Espanha)
17 a 20 de Novembro	Enovitis	Milão (Itália)

Patrocinadores



A P D E A  
ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE ECONOMIA  
AGRÁRIA



**syngenta®**